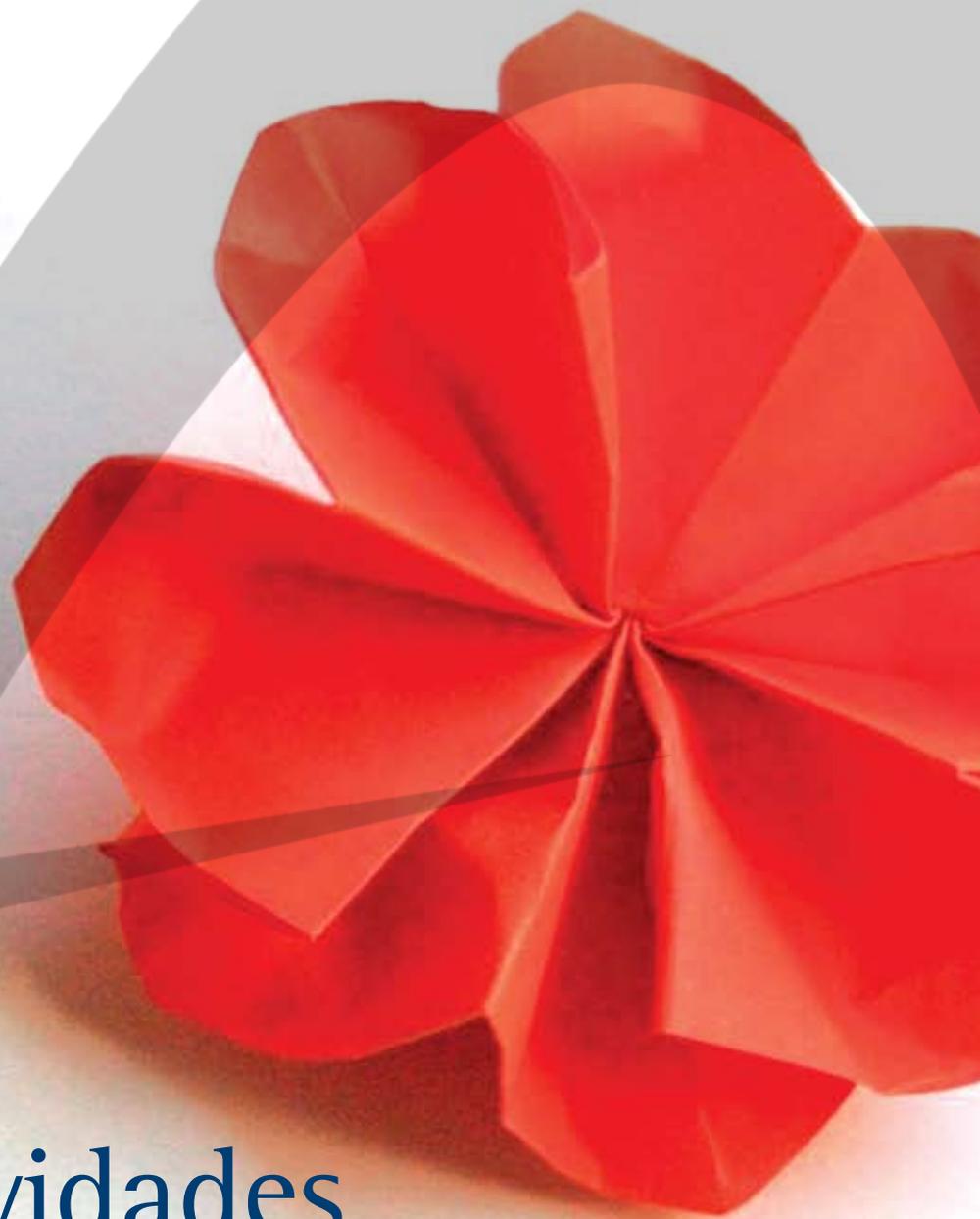




FÓRUM PERMANENTE
DE DESENVOLVIMENTO
ESTRATÉGICO DO ESTADO
JORNALISTA ROBERTO MARINHO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO



Caderno de Atividades 2009

ALERJ
Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
Aqui você tem poder.



FÓRUM PERMANENTE
DE DESENVOLVIMENTO
ESTRATÉGICO DO ESTADO
JORNALISTA ROBERTO MARINHO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO

Caderno de Atividades 2009

ALERJ

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Aqui você tem poder.

Expediente:

FÓRUM PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO JORNALISTA ROBERTO MARINHO

Presidente

Deputado Jorge Picciani

Secretária-Geral

Geiza Rocha

Equipe Fórum

Diacir Oliveira

Iara Cruz

Ivanir dos Santos

Mario Lima Cavalcanti

Wagner Luiz da Silva

Estagiários

Caroline Peixoto

Igor Lima

Anna Beatriz Nogueira

Revisão: Staff de Comunicação

Edição: Geiza Rocha e Juliana Leite Lila

Peças de origami: Leda Vaz Ferreira / flor de lótus: Christiane Reis

Fotos: Anna Heller (origamis) e Departamento de Comunicação Social da Alerj (Rafael Wallace, Fellippo Brando, Érica Ramalho, Colin Foster e Zô Guimarães)

Projeto Gráfico, diagramação, arte da capa: Raquel Reis

Impressão: Departamento Gráfico da Alerj

Capa: 3D Gráfica Editora



ALERJ - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
Deputado Jorge Picciani - Presidente

Caderno de Atividades 2009: Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro Jornalista Roberto Marinho

Maio/2010

Desenvolvimento – Política – Economia – Poder Legislativo



FÓRUM PERMANENTE
DE DESENVOLVIMENTO
ESTRATÉGICO DO ESTADO
JORNALISTA ROBERTO MARINHO

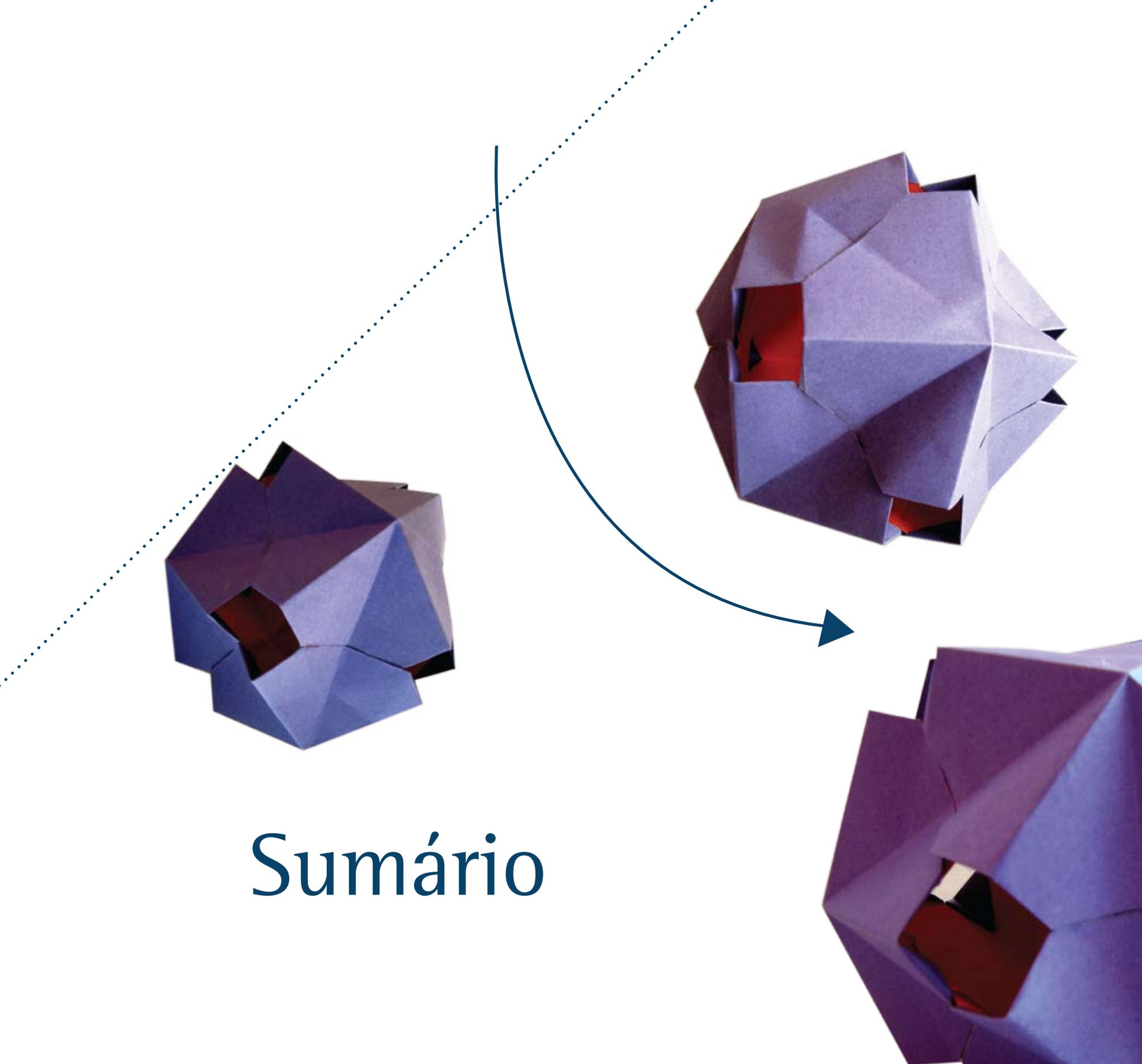
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO

Caderno de Atividades 2009

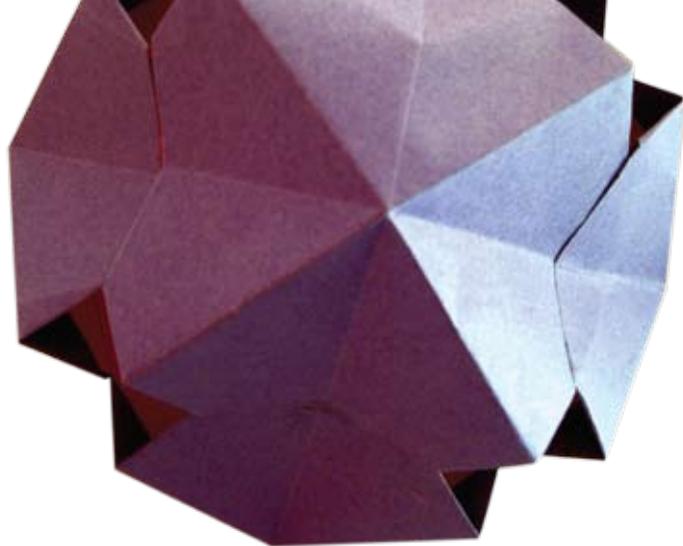
ALERJ

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

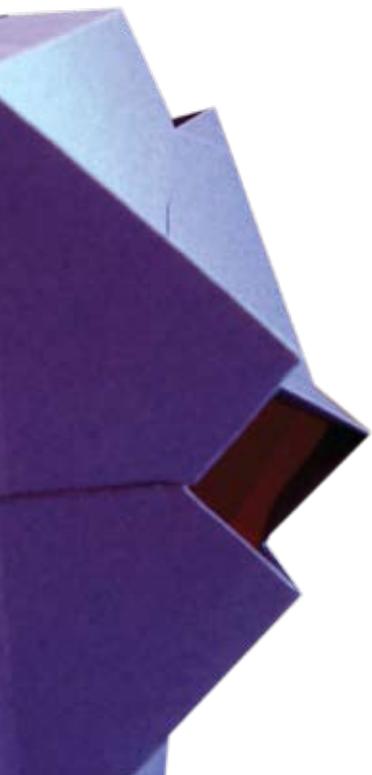
Aqui você tem poder.



Sumário

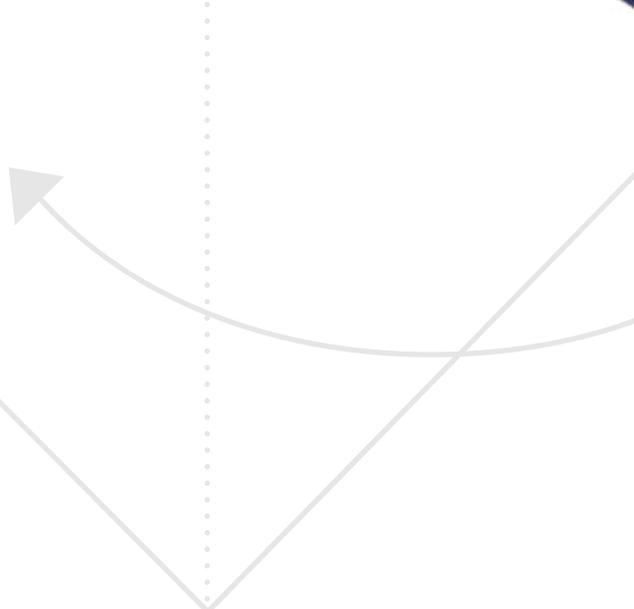


Introdução	6
Editorial	8
Apresentação	10
O Fórum em números	12
Atividades desenvolvidas pelas Câmaras Setoriais	15
AGRONEGÓCIO	16
COMÉRCIO DE BENS E SERVIÇOS	17
COMÉRCIO EXTERIOR	18
CULTURA, ESPORTES E TURISMO	19
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	20
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	21
INFRAESTRUTURA E ENERGIA	22
SERVIÇOS PÚBLICOS	24
TECNOLOGIA	29
Eventos	30
Comunicação	42





Introdução



Origami é a arte de dobrar papéis. Foram os monges chineses que levaram o papel, inventado na China, para o Japão, entre os séculos VI e X. A partir daí, a arte do Origami começou a se espalhar, tornando-se famosa em todo o mundo. “Ori” quer dizer “dobrar” e “kami” significa “papel”. Quando as duas palavras são pronunciadas juntas, o “k” é substituído pelo “g”.

Origamis são tidos como instrumentos mágicos. Cada objeto nessa arte tem um significado: a tartaruga significa a longevidade; a cegonha (ave-símbolo do Origami), também conhecida por “tsuru”, significa boa sorte, saúde e felicidade. Diz a lenda que quem fizer mil “tsurus”, com o pensamento voltado para o que deseja, terá bons resultados.

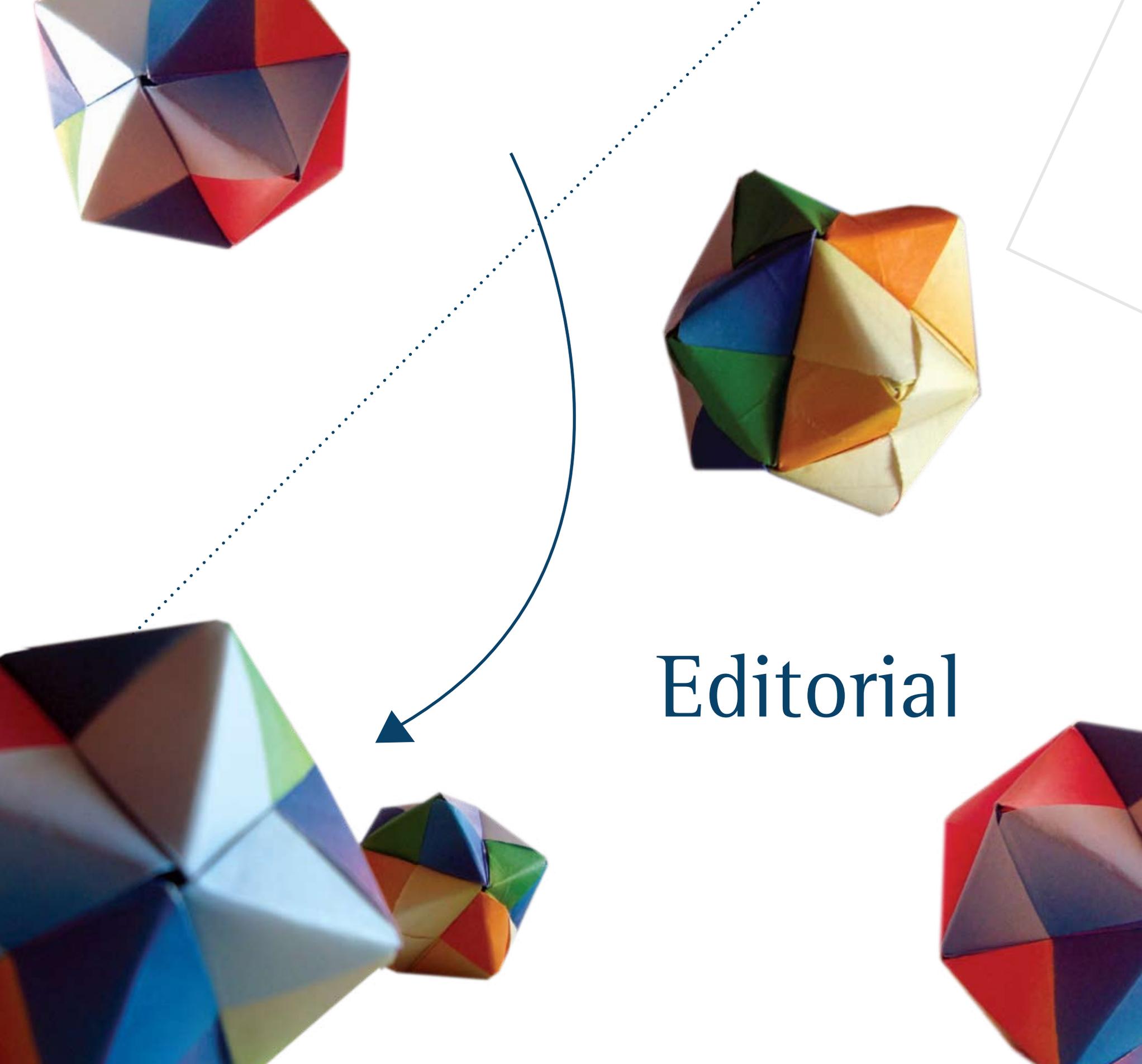
O Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro Jornalista Roberto Marinho nasceu com a mesma filosofia que prega a arte dos Origamis: transformar. O Fórum é um canal para debater assuntos de relevância para o Estado do Rio de Janeiro e tem como objetivo mobilizar o governo, as universidades, as ONGs e a população a realizar o desejo de melhorar e desenvolver o nosso Estado.

A arte do Origami foi o tema escolhido para permear este caderno de atividades.

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) acredita que é possível pegar uma folha em branco e transformá-la em algo consistente. Prova disso foram as reuniões mensais realizadas pelas Câmaras Setoriais, que discutiram caminhos para a melhoria do Estado do Rio de Janeiro.

Para mudar, basta um pouco de conhecimento, perseverança, criatividade e, principalmente, vontade.





Editorial



Rever um ano de atividades é um exercício muito interessante. Até porque a riqueza das contribuições dadas ao Parlamento pelas universidades e entidades que participam do Fórum transforma este registro em material de consulta permanente. Sem documentos como este, correríamos o risco de perder algumas informações preciosas que nos serviram como base para pensar o futuro e planejar.

Aliás, com os recentes avanços na administração do Estado e com os investimentos que estão se concretizando – rompendo um quadro de abandono que parecia atávico –, nada mais propício do que unir empresários, pesquisadores e cidadãos para definir de que forma podemos avançar economicamente, de modo a reduzir as desigualdades sociais. Já temos exemplos de o que crescer sem planejamento pode causar. E sabemos também que, das consequências dessa desordem, as mais cruéis recaem sempre sobre a população de mais baixa renda.

Por isso, é necessário estabelecer parcerias e criar mecanismos para que a inteligência alocada em nosso Estado (reunimos aqui o maior número de universidades e centros de pesquisa do País) trabalhe junto com o empresariado e os deputados na formulação desses caminhos e no processo de aperfeiçoamento da nossa legislação.

Quando criei o Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro Jornalista Roberto Marinho, em 2003, em meu primeiro mandato como presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio, o objetivo era estabelecer um canal de contato, uma ponte, e abrir o Legislativo para a construção de uma relação transparente e de cooperação com as entidades e universidades. Neste documento retratamos apenas 2009, mas, olhando esses sete anos em retrospectiva, posso dizer que estamos fazendo história e provando que, quando se trabalha junto, é possível avançar numa velocidade extraordinária.

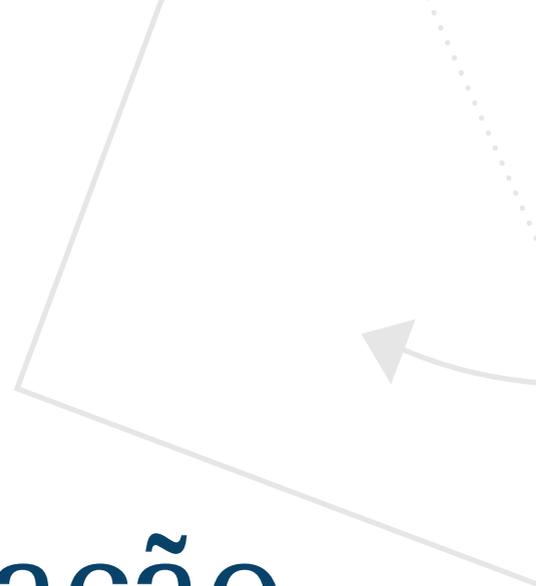
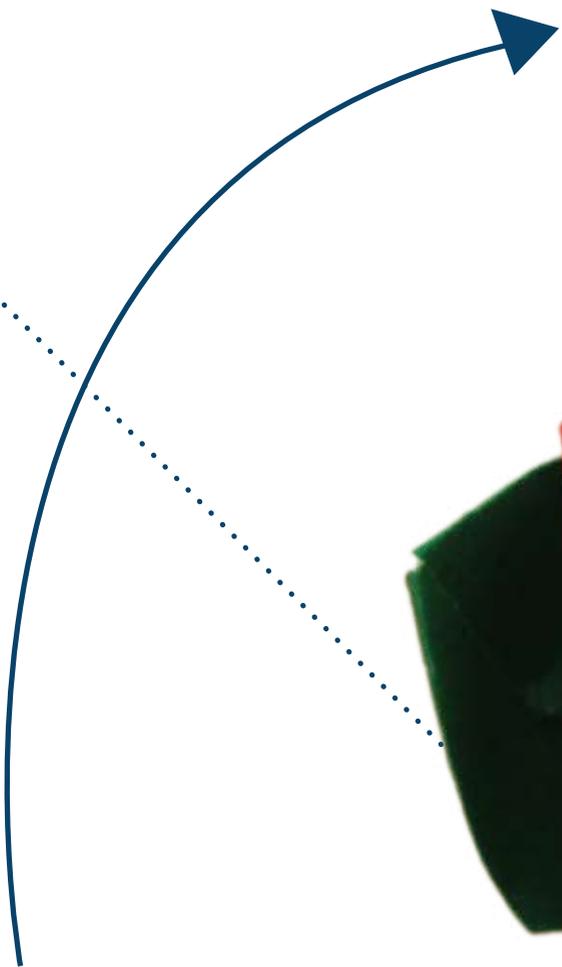
Nesse sentido, a relação de harmonia que temos com o Poder Executivo, responsável por executar as políticas públicas, é fundamental para construirmos juntos o futuro. A participação constante dos secretários de Estado nos eventos realizados no Plenário da Alerj e nas reuniões de câmaras setoriais mostra esse empenho e a parceria de que tanto precisamos para aproveitar todos os bons ventos que sopram a favor do Rio.

Com o Fórum, estamos exercitando a plena cidadania. E mais: liderando um processo de vanguarda baseado no tripé universidade-sociedade civil organizada-classe política, que nos aproxima do sentido mais puro da democracia.

Jorge Picciani | Presidente



Apresentação



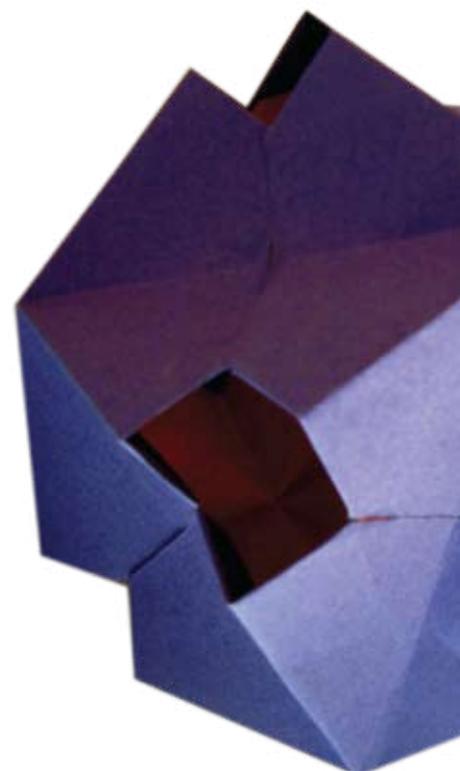
Unir Parlamento, sociedade civil organizada e a universidade para, a partir de debates, gerar propostas concretas que levem à melhoria da qualidade de vida da população. Tarefa aparentemente complexa quando nos deparamos com a quantidade de informações produzida por essas instituições. Informações estas que são construídas a partir da diversidade, da experiência e da ousadia de querer deixar um mundo melhor do que aquele que encontramos para os nossos filhos.

É isso que mobiliza e desafia a equipe do Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro Jornalista Roberto Marinho: erguer pontes e conectar universos em prol da construção de novas realidades. Diariamente, das visões daqueles que participam mensalmente das reuniões das nove câmaras setoriais, dos debates que ocorrem no Plenário da Alerj e das opiniões postadas em nossas redes sociais, temos a oportunidade de ver surgir ideias e luzes para trilhar a estrada de um desenvolvimento social e econômico sustentável. Utopia? Não. Participação viabilizada por uma estrutura criada dentro do Poder Legislativo estadual para cuidar da interação entre esses entes e o Parlamento.

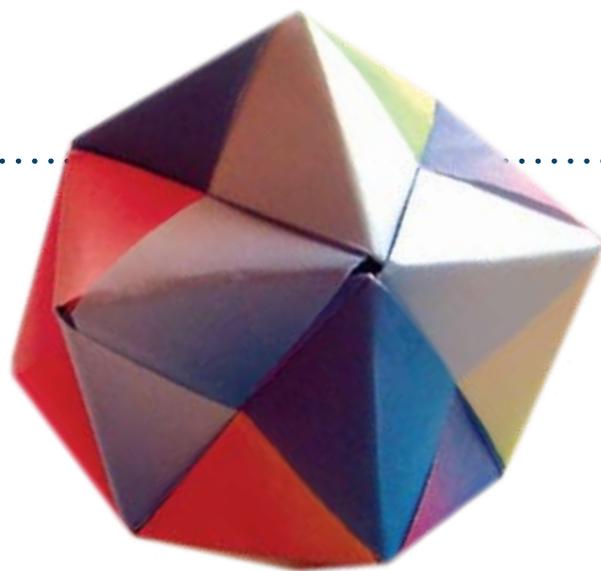
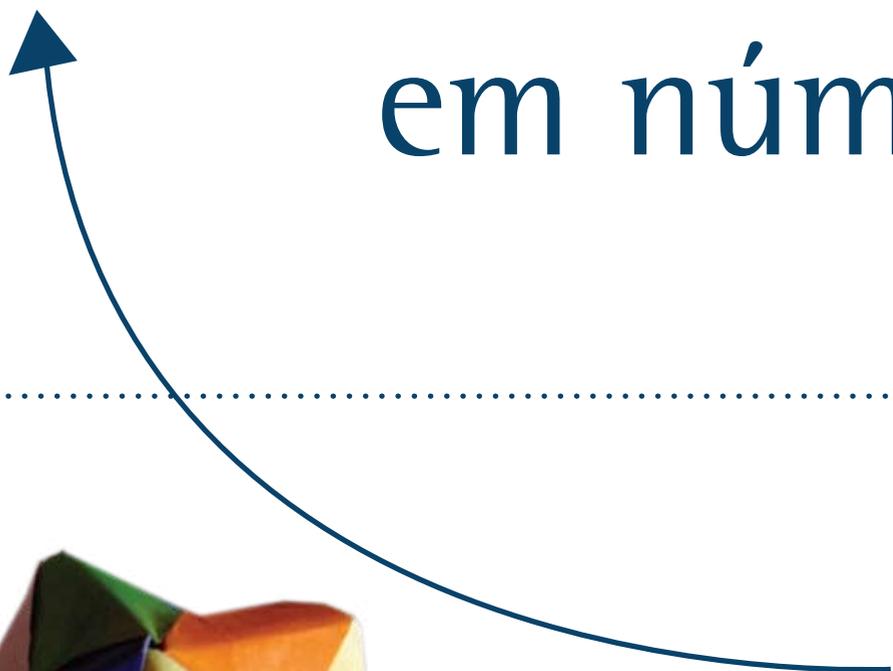
Em 2009, propostas foram debatidas, estudos e diagnósticos para balizar políticas públicas, apresentados, e uma série de iniciativas sugeridas e acatadas pelos legisladores resultaram em ações concretas. O Caderno de Atividades, que relata essas experiências, é material para refletir sobre a dinâmica do Fórum e suas especificidades, e mais: entender de que forma ele pode interagir com outros fóruns, complementar suas ações e atuar em conjunto para desenvolver uma estratégia.

O que se busca são caminhos para exercitar a política cidadã e formas de articular as forças para que elas superem nossas fraquezas. É isso que estamos descobrindo nesse exercício conjunto. E o que se conquista a partir desse processo depende da dedicação de cada um dos representantes das entidades e seus presidentes, da classe política, dos funcionários da Assembleia Legislativa – que dos mais diferentes departamentos dão suporte para a realização dos eventos –, dos professores, dos reitores das universidades, da população. A partir dela, vamos estabelecendo novos caminhos para o desenvolvimento do Estado, compreendendo melhor a dinâmica do tempo político e o que o mobiliza.

Cresce a participação nas discussões, os temas ganham pontos e contrapontos, mas, para trazer o que é debatido para a prática, é preciso o exercício diário de transformar ideias em caminhos. Unindo a experiência do empresariado, o saber construído nas universidades e a sensibilidade dos legisladores, estamos conseguindo mostrar que, mais do que um espaço, estamos desenvolvendo uma prática nova: a da participação ativa e crítica do processo de aperfeiçoamento das nossas instituições.



O Fórum em números



85 Reuniões de câmaras setoriais



Câmaras setoriais 9



146 Integrantes de câmaras setoriais nos nove grupos de trabalho



Eventos 10

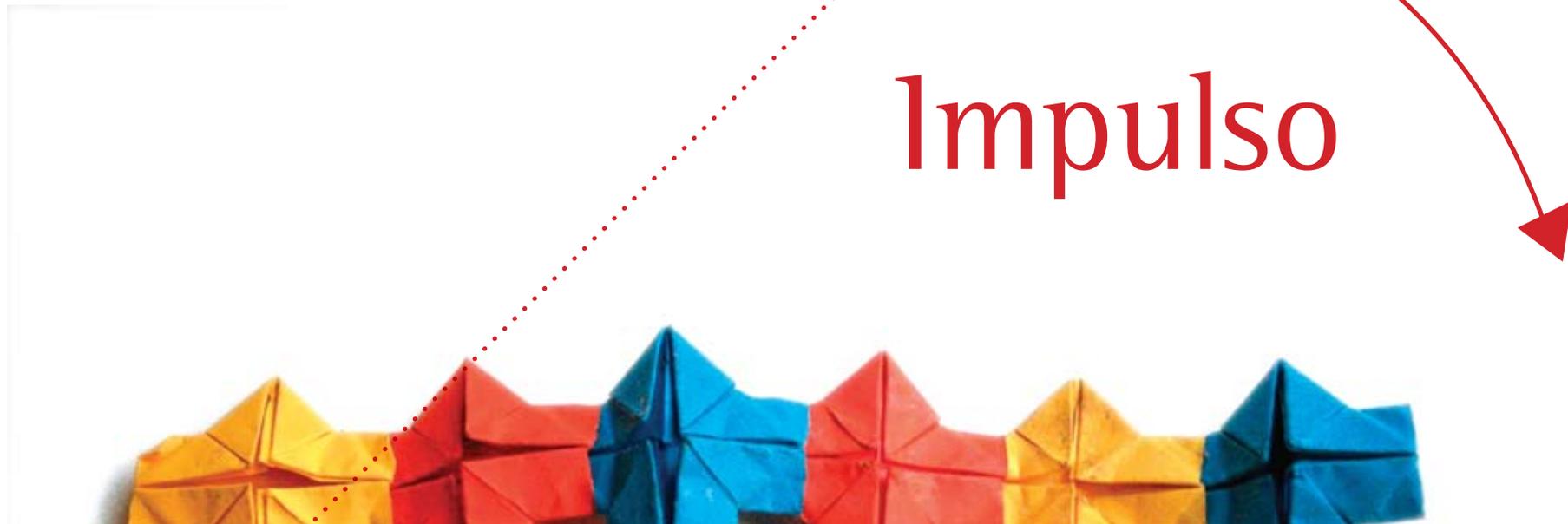


1753 Presentes nos debates realizados no Plenário



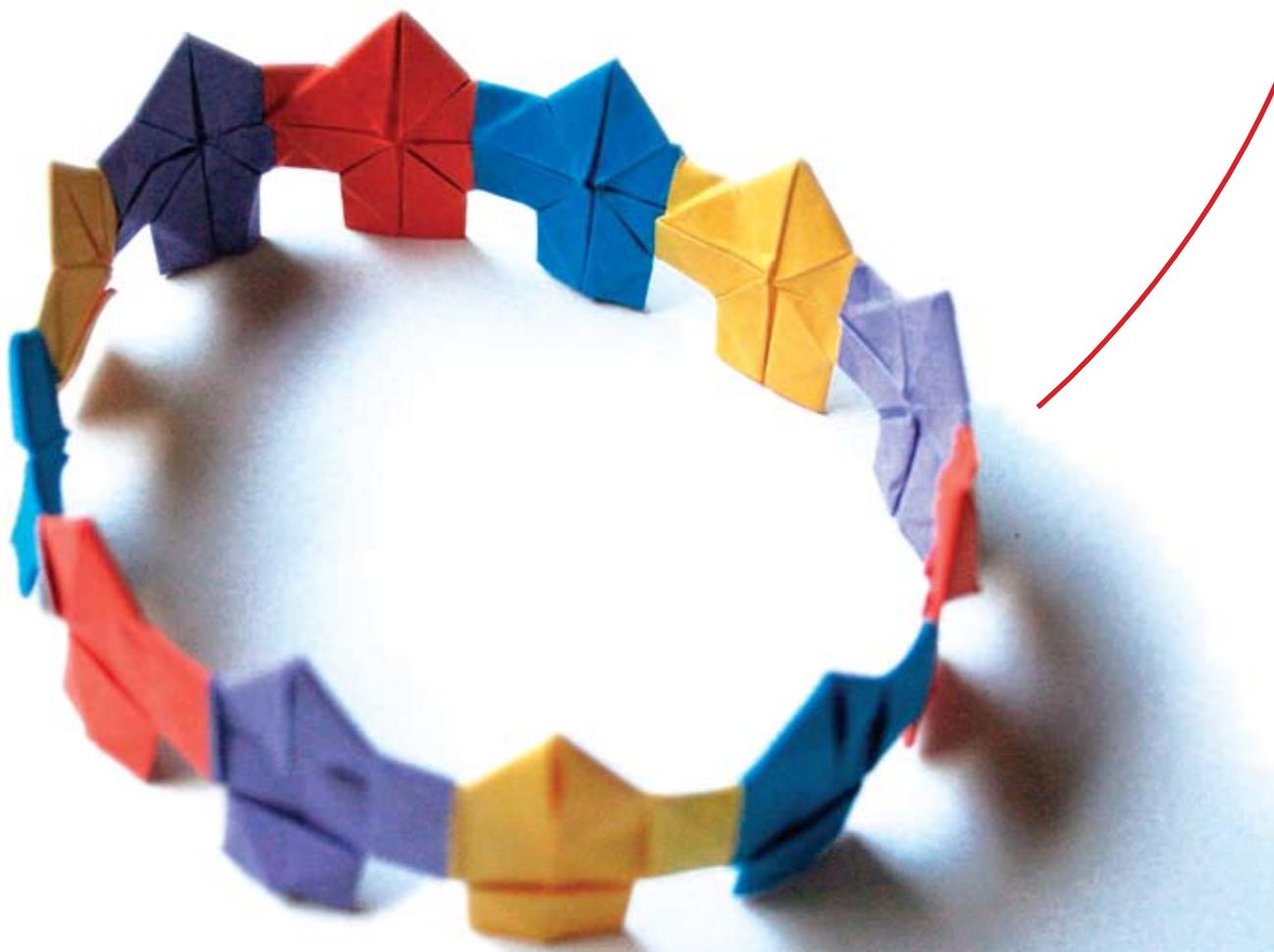
Matérias veiculadas na imprensa sobre o Fórum 417





As nove câmaras setoriais do Fórum realizaram 85 reuniões para desenvolver projetos, ouvir especialistas e debater de que forma o Poder Legislativo pode contribuir para o desenvolvimento nos mais diversos setores da economia fluminense. Isso significa que foi realizada, pelo menos, uma reunião por mês de cada grupo temático. Desses encontros, saíram sugestões e encaminhamentos aos parlamentares, bem como estudos técnicos que ajudaram a balizar ações e contribuíram para o aperfeiçoamento da legislação do nosso Estado.

Nas próximas páginas, é possível conhecer quais foram as principais questões debatidas em 2009.





(1) Reunião da Câmara Setorial na Alerj; (2) Ignez Vargas, representante da Firjan; (3) Leopoldo Erthal, representante da Faerj; (4) Elizabeth Lima, subsecretária de Estado do Ambiente.

Câmara Setorial de AGRONEGÓCIOS

A necessidade de regulamentação do Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) foi a prioridade da Câmara Setorial em 2009. A demora neste processo gera dúvidas e insegurança entre os produtores rurais, e afasta empresas que pretendem se instalar no Estado.

Para a Câmara Setorial, esse é um dos principais gargalos no que diz respeito ao desenvolvimento econômico da agricultura e na adoção de processos industriais no campo.

Desde que a lei que estabeleceu o ZEE foi sancionada, os produtores rurais aguardam as novas normas para adequar suas propriedades e planejar investimentos. Dentre as dúvidas e preocupações dos integrantes do Fórum de Desenvolvimento do Rio está o preço a ser cobrado pelo licenciamento ambiental. Para solucionar a questão, foi encaminhada uma consulta ao presidente do Inea, órgão subordinado à Secretaria de Estado do Ambiente, responsável pela regulamentação do zoneamento. A resposta foi divulgada para todos os membros da Câmara e do Fórum Florestal Fluminense, grupo formado por empresários e ambientalistas, com quem estabelecemos parceria em 2009.

Após a apresentação do Diagnóstico da Pesca Marítima Comercial no Estado do Rio, num evento que uniu armadores, colônias de pescadores, deputados estaduais, empresários e pesquisadores no Plenário Barbosa Lima Sobrinho, o grupo se reuniu com o professor da UFRJ Marcelo Viana, responsável pelo diagnóstico, para que ele detalhasse três propostas:

- 1) A necessidade de o Estado investir em infraestrutura de apoio, com a construção de terminais pesqueiros públicos que ofereçam uma diversidade de serviços e que concentrem o desembarque e a comercialização;
- 2) A revisão da legislação para torná-la mais enxuta, objetiva e fácil de ser cumprida e fiscalizada, observando as particularidades da pesca fluminense;
- 3) A renovação tecnológica da frota pesqueira, visando à construção de embarcações mais leves, seguras, eficientes e econômicas, específicas para cada tipo de pesca.

Dentre as sugestões apresentadas pelo professor, ficou claro que a falta de mão-de-obra especializada no Estado é o mais grave e importante fator a ser priorizado por políticas públicas, segundo representantes do setor. Como solução, a Câmara sugeriu que fosse realizado um convênio entre as secretarias estaduais de Agricultura, de Ciência e Tecnologia e a Capitania dos Portos para a utilização da Escola de Pesca Ascânio de Farias, no Gradim, em São Gonçalo, hoje subordinada à Faetec, como espaço para oferecer cursos de formação aos pescadores.



Câmara Setorial de COMÉRCIO DE BENS E SERVIÇOS

O combate à pirataria e o piso salarial estadual foram os principais assuntos discutidos na Câmara em 2009. De acordo com o economista Christian Travassos, do Núcleo de Pesquisas Econômicas da Fecomércio, em 2009, houve aumento de cinco pontos percentuais, em relação ao ano anterior, no consumo de produtos pirateados (47%, em 2008). Outro dado importante é que 52% das pessoas que adquiriram um bem pirateado se decepcionaram com o produto falsificado.

O preço continua sendo o principal motivo alegado pelos consumidores para optarem pelo produto. Dentre os produtos mais pirateados estão: CDs, DVDs, óculos, relógios e roupas.

A consciência quanto aos malefícios que a pirataria causa é alta. A população que adquire produtos pirateados conhece os impactos do consumo desses bens, como alimentar a sonegação de impostos (77%), causar desemprego (63%), violar direitos autorais (85%) e alimentar o crime (68%). Estes e outros dados estão reunidos na pesquisa nacional de 2009 sobre o comportamento do consumidor em relação aos produtos piratas, realizada pelo Sistema Fecomércio-RJ e que foi apresentada aos membros da Câmara e à Comissão Permanente de Combate à Pirataria da Alerj, que participou das reuniões.

Além do diagnóstico feito a partir da pesquisa, o grupo participou também do desenvolvimento de uma proposta apresentada pelo Comitê de Propriedade Intelectual da Amcham-Rio, no Senado Federal, para a diminuição da tributação sobre CDs e DVDs, que chega a 43,25%, no Rio, e a 42,25%, em São Paulo, e constam na lista de produtos mais pirateados no País. Foram sugeridas mudanças na atual legislação de propriedade intelectual e redução da alta carga de impostos, como forma de garantir a competitividade dos produtos com relação aos pirateados.

A Constituição já assegura imunidade tributária para livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão; por isso, segundo o advogado e professor de Direito Tributário da Universidade Mackenzie (SP), Eduardo Jardim, bastaria a aprovação de uma emenda incluindo os produtos culturais audiovisuais no mesmo artigo 50.

No fim do ano, os debates sobre o Piso Salarial Estadual mobilizaram os membros da Câmara. Antes de a mensagem do Executivo ser encaminhada ao Parlamento, o coordenador do Núcleo de Pesquisas Econômicas da Fecomércio, João Gomes, apresentou estudo sobre o impacto do piso salarial na economia do Estado. Na reunião, aberta aos parlamentares e representantes dos sindicatos dos trabalhadores, os dados reunidos mostraram o impacto do piso salarial para os municípios do Estado, levando em conta as diferenças no recolhimento de impostos pelas cidades.

Como solução, foi sugerida a realização de novo estudo sobre a possibilidade de regionalizar o piso salarial estadual, levando em consideração essas diferenças.



(1) Debate sobre o piso salarial estadual; (2) Steve Solot, representante da Amcham-RJ; (3) Marcelo Chang, do Sebrae-RJ; (4) Alessandra Cabral, da Firjan.



(1) Reunião da Câmara Setorial de Comércio Exterior; (2) Robson Barreto, presidente da Amcham e deputado Jorge Picciani, presidente da Alerj, no encerramento do I Fórum de Comércio Internacional; (3) Marco Polo Moreira Leite, representante da ACRJ; (4) Laila Mendes, do Sebrae-RJ, e Fernando Saboya, da Firjan.

Câmara Setorial de COMÉRCIO EXTERIOR

A AMCHAM-Rio, que faz parte do Fórum, realizou em parceria com a Alerj e a Firjan o I Fórum de Comércio Internacional. O objetivo do encontro foi identificar os principais gargalos no tocante às exportações e importações no Brasil, em especial na Sétima Região Fiscal, envolvendo os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

O encerramento do evento foi realizado no Plenário da Alerj, com a leitura pelo presidente da Alerj e do Fórum, deputado Jorge Picciani, da Carta Aberta da Sétima Região Fiscal, que apresentou propostas de mudanças necessárias nos âmbitos federal e estadual. Alguns dos pontos tratados na Carta foram debatidos posteriormente na Comissão Permanente de Tributação da Alerj:

- Proposta a ser encaminhada ao Secretário de Fazenda para corrigir distorções causadas pelo Convênio Confaz 130/2007, que uniformizou a tributação de equipamentos, bens e materiais admitidos através do Repetro;

- Criar na legislação mecanismos para possibilitar a utilização de crédito de ICMS na exportação, podendo ser utilizado, por exemplo, para pagamento de fornecedores e energia elétrica. O presidente da comissão apresentou o Projeto de Lei 284, de 21/12/2009, sobre o tema;

- Revisão da legislação que concede ao Secretário de Fazenda do Estado do Rio os "recursos hierárquicos administrativos" do Conselho, que tem poderes para modificá-lo exclusiva e unilateralmente.

A Câmara sugeriu aos deputados que ingressassem na luta pela criação de uma Alfândega para atendimento ao porto do Forno, do Aeroporto Internacional de Cabo Frio, os terminais de passageiros de navios de Cabo Frio e Búzios, além do depósito especial da Marinha, que resultou no encaminhamento de uma carta assinada pelos líderes dos 20 partidos da Casa à Superintendente da Sétima Região Fiscal da Receita Federal.

Os deputados estaduais manifestavam o apoio à criação de uma Alfândega na Região dos Lagos para garantir a melhoria logística de operações de comércio exterior e a agilidade no atendimento a esses recintos alfandegados.

Câmara Setorial de CULTURA, TURISMO E ESPORTES

O principal resultado da Câmara foi a conclusão do Caderno de Turismo do Estado do Rio, trabalho coordenado pela Alerj, Fecomércio e Uerj. A Fecomércio, responsável pela edição do Caderno, irá imprimi-lo para o lançamento em 2010.

O Caderno de Turismo consiste em um levantamento detalhado de informações sobre a infraestrutura dos 92 municípios do Rio, que aponta a importância econômica do Turismo para as cidades. São apontadas, ainda, as principais vocações turísticas de cada município, a partir do que eles apresentam sobre si nos sites oficiais e em guias de turismo. A partir dessa pesquisa, foi sugerida a criação de circuitos que privilegiem a regionalização do Turismo.

Os professores do Instituto de Economia da UFRJ, Renata La Rovere e Fábio Sá Earp, apresentaram ao grupo um estudo sobre a Economia do Turismo e a da Cultura, mostrando a interseção entre esses setores. Dentre as propostas apresentadas para o setor do Turismo estão a acessibilidade, a construção de um centro de informações turísticas, a formação de mão-de-obra e a análise dos impactos ambientais causados pela atividade turística.

Já no setor da Cultura, foram sugeridos o mapeamento dos locais de interesse cultural, a preservação da identidade e a transformação desses locais em atrativos turísticos.



- (1) Apresentação do Caderno de Turismo para os representantes da Turisrio, em janeiro;
- (2) À esq.: Laura Suarez da Fecomércio-RJ e André Paranhos da Rio Convention & Visitors Bureau;
- (3) Apresentação do projeto Caderno de Turismo aos membros da Comissão Permanente de Turismo da Alerj;
- (4) Reunião da Câmara Setorial no Sebrae-RJ.

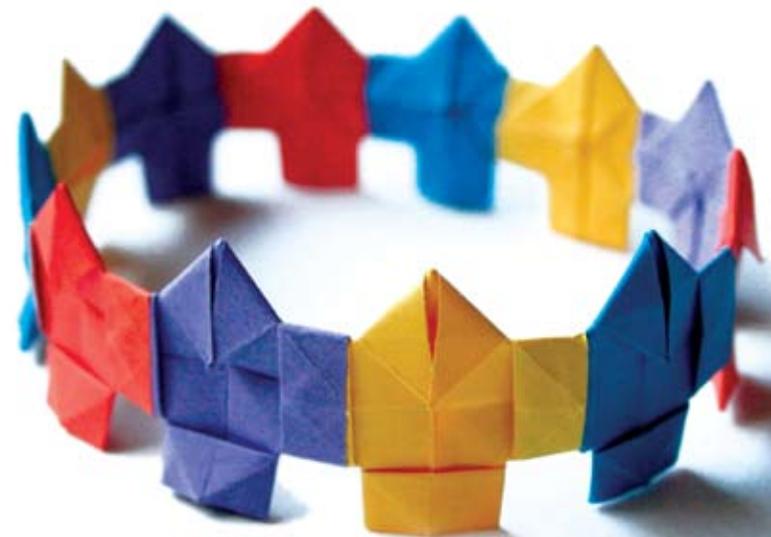


(1) Renato Regazzi do Sebrae-RJ; (2) Cheryl Berno da Firjan; (3) Lia Hasenclever da UFRJ; (4) Reunião da câmara com o presidente da Comissão de Tributação, deputado Luiz Paulo, e representantes das comissões de Orçamento e de Economia, Indústria e Comércio da Alerj.

Câmara Setorial de DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Os debates realizados entre a Câmara e as Comissões Permanentes de Orçamento, Desenvolvimento Econômico e Tributação da Alerj, e as propostas apresentadas pela Câmara às comissões serviram como inspiração para algumas das alterações promovidas no projeto encaminhado pelo Governo, que possibilitaram o Refis estadual – com parcelamento de débitos dos contribuintes com o Estado – aprovado no fim de 2009 pelo Parlamento.

Outros temas debatidos foram a Transferência de saldo credor de ICMS acumulado para terceiros; a possibilidade de criação de uma Lei para reduzir alíquota do ICMS para o Setor de Brita e o aumento do Prazo para Pagamento do ICMS para 30 dias após as operações. O objetivo é dar tempo de as empresas cobrarem e processarem as informações, além de contabilizarem os valores envolvidos. O prazo atual acaba gerando uma situação injusta, pois a empresa acaba pagando o ICMS de algo que levará em média 45 dias para receber.



Com o ingresso do presidente do Brasil Pnuma, professor Haroldo Mattos de Lemos, na câmara setorial, foi retomado o projeto de trazer a sustentabilidade para a prática e criar um documento que pudesse subsidiar os parlamentares na adoção de princípios de sustentabilidade para criação de um projeto de lei.

O texto foi encaminhado ao Presidente do Fórum, deputado Jorge Picciani, e publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo, no dia 16 de dezembro de 2009. Uma cópia do documento foi encaminhada a cada um dos parlamentares. Abaixo, a íntegra:

Princípios norteadores para o desenvolvimento sustentável:

- 1- Garantir disponibilidade de recursos naturais para produzir bens e serviços de que a humanidade necessita diariamente;
- 2- Não jogar sobre a biosfera mais resíduos e poluição do que ela é capaz de absorver;
- 3- Incentivar a redução das desigualdades sociais.

Ações desejáveis:

Criar leis que incentivem:

- 1- A melhoria da educação e conscientização da população em todos os níveis, com ênfase na sustentabilidade;
- 2- O planejamento familiar;
- 3- Medidas que coloquem a economia a favor do desenvolvimento sustentável: taxar menos o que queremos incentivar (emprego e renda) e taxar mais o que queremos reduzir (uso de recursos naturais escassos e geração de resíduos e poluição);
Em 1994, a Noruega criou uma taxa sobre consumo de combustíveis fósseis e reduziu a taxa sobre emprego. Conseguiu que as empresas gastassem menos combustíveis fósseis e conseguiu reduzir o desemprego.
- 4- A redução do consumo de recursos naturais com a adoção de tecnologias mais eficientes, redução de desperdícios, reciclagem e reuso de recursos naturais – particularmente os não-renováveis – e mais limpas que reduzam a geração de resíduos e a emissão de poluentes;

- 5- A conservação da base ambiental – solos, água, biodiversidade, etc.;

Segundo dados do Pnuma, 6 milhões de hectares por ano estão se transformando em desertos e 1/3 dos países do mundo já enfrenta escassez de água;

- 6- A adoção do transporte de massa;
- 7- A adoção de hábitos de vida saudáveis;
- 8- A universalização do saneamento básico;

Cada R\$ 1,00 aplicado em saneamento básico representa a economia de, pelo menos, R\$ 4,00 em despesas hospitalares.

- 9- O consumo responsável: redução de consumo de supérfluos e orientar as compras públicas para produtos e serviços menos impactantes ao meio ambiente;

Dar preferência a produtos e serviços certificados pelas normas internacionais da ISO e outras certificações ambientais (FSC, ABNT, etc.).

Usar a metodologia da “Avaliação do Ciclo de Vida” para comparar produtos diferentes que exercem a mesma função. Muitas vezes, substituir um material por outro provoca ainda mais danos ao meio ambiente, seja pelo processo de produção em si ou pelo uso e descarte do produto.

- 10- Habitação - *green building*.

Incentivar a construção de prédios mais eficientes no consumo de energia que aproveitem a água da chuva, etc.



(1) Reunião com o presidente do Inea, Luis Firmino e (2) a secretária do Ambiente, Marilene Ramos, sobre licenciamento ambiental; (3) Santiago Valentim da Abes.



(1 e 2) Professor Geraldo Tavares, da UFF, em palestra sobre a necessidade de um novo marco regulatório para a energia eólica;

(3) Professor Egberto Pereira, da Uerj; (4) À esq.: Cristiano Prado, da Firjan, e Marcos Santarem, do Sindopita (Sindicato dos Operadores Portuários de Itaguaí).



Câmara Setorial de INFRAESTRUTURA E ENERGIA

Além do debate sobre a matriz energética do Estado, que enfocou o potencial de desenvolvimento da energia eólica no Estado, foram realizadas três reuniões sobre portos, que contaram com a participação de operadores da Companhia Docas do Rio de Janeiro, da Secretaria Estadual de Transportes, da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, do Conselho de Autoridade Portuária, da Firjan, da Redetec, do Sindoperj, do Sindopita, do Clube de Engenharia e de empresas exportadoras, bem como de professores da Uerj, da Uenf e da UFRJ.

Dentre as questões abordadas destacou-se a necessidade de formação de mão-de-obra local para atuar nos terminais portuários e atender à demanda dos já instalados; de agregar valor à carga exportada pelos portos do Rio, aumentando o volume de contêineres em relação ao volume de matérias-primas como o minério de ferro; a definição por parte do Estado da vocação de cada um dos portos do Estado e a urgência de se criar um plano estratégico de logística para o Estado, que deriva do plano nacional de logística de transporte.

O porto é uma ponta da cadeia logística, é um trampolim. Para ter o porto, é preciso todo um sistema de abastecimento, com ferrovias, rodovias, dutovias, áreas de armazenamento e alfandegamento. A Secretaria Estadual de Transportes chegou a fazer uma associação com a Coppead e a FGV logística, mas não há orçamento. Um estudo desse porte custa em torno de R\$ 3 a 4 milhões.

Principais questões abordadas:

- Importância da revitalização do Porto do Rio e as suas peculiaridades;
- Análise dos principais portos do Estado, apontando os que hoje são considerados vetores de desenvolvimento regional e os que precisam de uma definição por parte do Estado sobre sua vocação;
- Necessidade de olhar os portos do Estado como um complexo de terminais marítimos e trabalhar a complementaridade destes em termos de tipologia das cargas, perfeitamente possível pela força da economia do Estado, pelo dinamismo dos seus negócios de importação e exportação, de comércio exterior;
- Importância de dinamizar a movimentação de cargas e aumentar o seu volume, passando a atender a outros estados;
- Identificação da tendência de criação de terminais próprios para atender às demandas de grandes empresas;
- Relevância de levar em consideração o crescimento e a localização de empresas exportadoras na hora de se criar um plano de logística integrada, mais especificamente a Zona Oeste da cidade do Rio;

- Demanda por melhorias nos acessos ferroviários e rodoviários aos terminais, bem como o acesso marítimo por meio da dragagem, já que vem aumentando a demanda por navios de maior calado na costa nacional;
- Importância de desenvolver soluções tecnológicas que ajudem a organizar os acessos aos portos;
- Necessidade de incentivos fiscais para maximizar as operações de movimentação de carga de importação e exportação pelo ERJ;
- Importância de adaptar os portos da Barra do Furado, do Açú, do Forno e de Angra para a atividade offshore;
- Guerra fiscal entre os estados tira a competitividade do Rio, fazendo com que produtos para atender ao mercado do Rio entrem por outros estados;
- Ao viabilizar o processo de concentração de cargas, automaticamente se dinamiza o processo da cadeia de exportação e importação;
- Há um estudo encomendado pelo Sindoperj e pelo Sindopita ao Instituto Magna, que faz um cenário de movimentação de cargas nos principais terminais portuários do Estado, envolvendo a diferença do incentivo, do comportamento. Neste estudo fica claro que o incentivo dado por estados, como Espírito Santo e Santa Catarina, contribui para o aumento do volume de importação e exportação nesses estados;
- Necessidade de transformar o Rio de Janeiro em uma plataforma logística, não só pela questão dos portos, mas porque pode mudar o tipo de inserção que a economia do Estado tem na economia brasileira;
- A carga tributária no Rio de Janeiro em algumas atividades que impactam a cadeia produtiva, como energia elétrica e telecomunicações, é mais cara do que a de outros estados;
- A questão ferroviária é vital - porque se está falando da recuperação de uma malha ferroviária que foi absolutamente dilapidada dos anos 70 para cá. O fato é que o Rio de Janeiro perdeu ligações estratégicas. Hoje busca-se recuperar uma parte dessa ligação, o trecho Ambai/São Bento, que vai permitir a alça de Manguinhos, ligando a ferrovia até o Porto do Rio por Saracuruna, chegando ao pátio de Itaboraí e atendendo ao COMPERJ. Quando isso foi apresentado à ANTT, foi vislumbrada pelo presidente da ANTT essa ligação, permitindo também a ligação com o Porto do Açú e, finalmente, à Vitória e ao corredor bioceânico, incluindo-a no planejamento operacional da ANTT.



(1 e 3) Reunião da Câmara para debater a questão portuária no Estado do Rio; (2) Delmo Pinho, subsecretário de Estado de Transportes; (4) Jorge Cunha, subsecretário de Estado de Desenvolvimento Econômico.





Câmara Setorial de SERVIÇOS PÚBLICOS

O tema escolhido pela câmara setorial, em 2009, foi Educação a Distância. O grupo deu início a uma série de apresentações sobre projetos educacionais das entidades para saber de que forma eles dialogavam com a tecnologia. Após os encontros, foi apresentada a Carta Aberta de Incentivo ao Uso da Educação a Distância como Ferramenta para a Educação Profissional e Tecnológica Continuada, alinhada às necessidades da agenda de desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro, que segue abaixo:

O Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio, que reúne 29 entidades da sociedade civil organizada e universidades para, no âmbito do Poder Legislativo, promover debates e encaminhamentos sobre temas relevantes para a agenda de desenvolvimento socioeconômico fluminense, manifesta sua preocupação com a cada vez mais premente necessidade de formação educacional e profissional da população como estratégia fundamental do processo de crescimento econômico do Estado do Rio. Por meio da Câmara Setorial de Serviços Públicos, o Fórum se dedicou, ao longo de 2009, a identificar iniciativas na área que garantam o acesso ao desenvolvimento sustentável e inclusivo.

A Educação Continuada foi escolhida como eixo em torno do qual seriam debatidas ideias, medidas, experiências e intercâmbio de projetos trazidos pelas entidades. A partir da reunião da Câmara Setorial, realizada em fevereiro do ano corrente, com a presença de representantes da Fundação Cecierj, do Proderj, das Secretarias de Estado de Ciência e Tecnologia e de Educação, na qual foi apresentado o projeto do Governo estadual de Educação a Distância, desenvolvido em consórcio com universidades públicas em todo o Estado, definiu-se como foco o debate acerca do uso das ferramentas de Educação a Distância voltadas para a Educação Profissional e Tecnológica Continuada. Esse recorte específico se justifica por focar as necessidades de qualificação profissional da população sem sobreposições de esforços, de iniciativas já existentes de educação inicial, numa ponta, nem as de educação universitária, na outra.

A partir daí, foi dado início a uma série de cinco reuniões técnicas em que as entidades integrantes da Câmara Setorial de Serviços Públicos apresentaram iniciativas bem sucedidas que já vêm se desenvolvendo em seus respectivos setores. O objetivo foi conhecer melhor as experiências de cada entidade e discutir de que forma o trabalho por elas já desempenhado poderia servir como subsídio para o desenvolvimento de uma política pública por parte do governo.

Com base nas discussões e debates realizados no último semestre, as entidades que compõem esta Câmara apresentam publicamente esta carta.

Juntas, observam que:

- a qualificação profissional, na medida em que transforma informação e conhecimento em ferramentas aplicáveis às atividades produtivas, é determinante para o aprimoramento da qualidade de vida e para o desenvolvimento econômico;
- o Estado do Rio de Janeiro passa por um período de recuperação da atividade econômica, tendo a retomada se mostrado progressiva e consistente, com o mercado de trabalho aquecido e aumento na criação de postos de trabalho formais;
- estudos realizados pela FIRJAN apontam que, para os próximos três anos, são esperados no Estado investimentos da ordem de R\$ 126 bilhões em mais de 100 projetos anunciados, sendo a maior parte deles já iniciada;
- tais investimentos incluem projetos estruturantes e indutores de desenvolvimento – entre eles Arco Metropolitano, Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro, Polo Siderúrgico, preparação para a Copa do Mundo de 2014, o Complexo Portuário e Industrial do Açu e exploração da camada petrolífera do Pré-Sal –, que já vêm demandando grande número de profissionais qualificados;
- no caso específico da camada petrolífera do Pré-Sal, o Estado do Rio de Janeiro vai concentrar a maior parte dos investimentos que abarcam uma cadeia produtiva de largo espectro – incluindo indústria naval, construção civil, construção e montagem de plataformas, operação e manutenção de bases offshore, além de empresas de extração, refino e distribuição de petróleo e gás –, sendo que o setor já apresenta expressiva demanda por mão-de-obra técnica altamente especializada;
- existem projetos potenciais, ainda na fase de estudos prévios – como o Trem de Alta Velocidade que ligará o Rio de Janeiro a São Paulo, as linhas 3 e 4 do Metrô-Rio, a Via Light e o corredor de ônibus rápidos (BRT) que ligará a Baixada Fluminense ao centro do Rio –, para os quais a necessidade de mão-de-obra técnica qualificada também será fundamental;
- o Estado do Rio de Janeiro tem passado por um processo de interiorização das atividades produtivas e a falta de profissionais de nível técnico qualificados no interior representa um entrave para o desenvolvimento local e para a retenção, nas cidades e áreas do entorno, da riqueza gerada pelas empresas e pelos projetos públicos de infraestrutura;
- existem iniciativas bem sucedidas de Educação Profissional e Tecnológica com uso de ferramentas de Educação a Distância entre as entidades e universidades que compõem essa Câmara;
- o Governo estadual apresenta um programa de Educação a Distância bem sucedido, com o propósito de democratizar o acesso ao ensino universitário público;
- as atuais ferramentas utilizadas pela Educação a Distância permitem aumentar o acesso à qualificação profissional, reduzir custos e flexibilizar modelos de aprendizagem sem perda da qualidade educacional;
- a Educação Profissional e Tecnológica Continuada é vital para garantir tanto a empregabilidade do trabalhador quanto a competitividade das empresas.



(1) Reunião ordinária da Câmara Setorial de Serviços Públicos;
 (2) Professor Sérgio Fontoura, da PUC-Rio;
 (3) Reunião sobre o sistema de ensino à distância no Estado do Rio, com a presença do presidente da Comissão Permanente de Educação da Alerj, Comte Bittencourt.



E destacam:

- a iniciativa desenvolvida pela Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (Fetranspor), que criou a Universidade Corporativa do Transporte (UCT) para oferecer Educação Profissional e Tecnológica Continuada, por meio de diferentes plataformas, a um segmento profissional caracterizado pela baixa escolaridade e pouca familiaridade com o processo de aprendizado contínuo (Anexo I);
- o trabalho da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), que adota um conceito mais amplo em que as Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) cumprem papel de facilitadoras do processo educativo, que pode ser desenvolvido por meio de um ou mais modais (presencial, semipresencial e virtual), conforme a adequação ao conteúdo, público-alvo e aspectos técnicos, como distância geográfica, recursos financeiros disponíveis e disponibilidade de acesso às TICs (Anexo II);
- o modelo adotado pelo SENAI-RJ para os cursos de Educação Profissional e Tecnológica, com o uso de estratégias de Educação a Distância, seguem critérios claramente alinhados com as potencialidades e oportunidades dos polos econômicos do Estado apontados pelo Mapa do Desenvolvimento do Estado elaborado pela Firjan, privilegiando programas de atualização profissional e permitindo o uso de videoconferência, webTV, simuladores integrados aos momentos de práticas nos laboratórios e oficinas (Anexo III);
- a iniciativa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio de Janeiro (Sebrae-RJ), cujo trabalho se vale também do desenvolvimento de materiais de apoio (como livros, CD-Rom, apostila e cartilhas) e de campanhas de mídia massiva para disseminar os conhecimentos na área de empreendedorismo e promoção de cultura empreendedora, considerados fundamentais para o desenvolvimento da economia fluminense (Anexo IV);
- o trabalho da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), cuja definição do currículo dos cursos de educação continuada busca atender à demanda do mercado por cursos rápidos, focados, de aplicação imediata na atividade profissional (Anexo V).

Tendo por base essas premissas, sugerem:

- a criação e implantação de uma política de Estado abrangente de Educação Profissional e Tecnológica Continuada alinhada às novas demandas do crescimento econômico que se apresentam ao Estado para os próximos anos;
- que tal política lance mão dos diferentes modais de Educação a Distância como ferramenta para a promoção do desenvolvimento socioeconômico do Estado do Rio de Janeiro;
- que se dissemine a Educação Profissional e Tecnológica Continuada desenvolvida por meio da Educação a Distância como um instrumento viável para fazer frente à necessidade de aprimoramento contínuo, permanente e progressivo da formação profissional, uma exigência da atual ordem econômica globalizada, mutável e altamente competitiva;



• que segmentos considerados estratégicos e de grande potencial sirvam de eixo orientador para os investimentos, notadamente:

- petróleo e gás,
- turismo,
- tecnologia e inovação.

• que seja dada ênfase na formação de profissionais dos setores mais intensivos em mão-de-obra qualificada, como construção civil, serviços, comércio, transporte e logística;

• que se considere como eixos transversais, devido a sua crescente importância no desenvolvimento dos processos produtivos, as áreas de:

- gestão ambiental e desenvolvimento sustentável,
- saúde e segurança no trabalho,
- empreendedorismo e fomento à cultura empreendedora.

• que se explore a capilaridade e a flexibilidade oferecidas pelas ferramentas de Educação a Distância de forma a efetivamente promover a interiorização das iniciativas de Educação Profissional e Tecnológica Continuada;

• que se estabeleça atenção especial à adequada distribuição dos investimentos em Educação Profissional e Tecnológica Continuada em todas as regiões do Estado do Rio de Janeiro, garantindo acesso à qualificação em áreas que apresentem defasagem no tocante a desenvolvimento econômico, avanço social e preservação e gestão ambiental;

• que as experiências bem-sucedidas de Educação Profissional e Tecnológica Continuada por meio de ferramentas de Educação a Distância implementadas pelas entidades integrantes da Câmara Setorial de Serviços Públicos possam permitir ao Estado, de uma só vez, aproveitar as oportunidades de crescimento econômico que se delineiam, promover um aumento substancial da formação profissional dos cidadãos e estimular a inclusão social e a distribuição de renda;

• que tal política tenha um caráter intersetorial, envolvendo as diferentes Secretarias de Estado fluminenses, cujo escopo de atuação tangencie a necessidade de Educação Profissional e Tecnológica Continuada em prol do desenvolvimento sustentável (ambiental, social e econômico), e que possam se beneficiar e ao mesmo tempo disseminar o uso das ferramentas de Educação a Distância com esse propósito. Esse trabalho pode ser iniciado a partir da Comissão Permanente de Educação da Alerj. Sob a sua coordenação, seria formado um grupo de trabalho com representantes do Conselho Estadual de Educação, das Secretarias de Estado do Trabalho, de Desenvolvimento Econômico, de Educação, de Ciência e Tecnologia, e de Planejamento e Gestão, bem como representantes das entidades da sociedade civil organizada e universidades para desenvolver os demais pontos sugeridos nesta Carta. Como um primeiro passo, poderia ser organizada uma reunião em que as secretarias estaduais envolvidas apresentassem os programas em andamento no que tange à Educação Profissional Tecnológica Continuada.

As entidades signatárias desta Carta desde já se colocam à disposição para colaborar em grupos técnicos que visem a implementar e tornar realidade as sugestões aqui apresentadas.



(1) Carlos Alberto Sá Earp, da Adesg-Rio; (2) Professora Eloiza de Oliveira, da Uerj; (3) Reunião de conclusão da carta aberta.

Fazem parte da Câmara de Serviços Públicos do Fórum de Desenvolvimento do Rio as seguintes universidades e entidades:

Alerj

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Amcham-Rio

Câmara de Comércio Americana no Rio de Janeiro

Adesg-RJ

Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – Rio de Janeiro

Fetranspor

Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro

FIRJAN

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

IBP

Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis

PUC-RIO

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Sebrae-RJ

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio de Janeiro

UENF

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UERJ

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF

Universidade Federal Fluminense

UGF

Universidade Gama Filho



Câmara Setorial de TECNOLOGIA

O resultado mais comemorado da Câmara foi a publicação do decreto 43.302, de 12 de fevereiro de 2010, que regulamenta a Lei Estadual de Inovação Tecnológica, no Diário Oficial do Poder Executivo. A regulamentação coloca em prática uma lei discutida pela comunidade científica, empresários, Faperj e entidades da sociedade civil organizada que fazem parte do Fórum.

Criada para promover a interação entre empresas, Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) e agências de fomento, a chamada Lei Estadual de Inovação Tecnológica (Lei 5.361/2008) permite que agências de fomento como a Faperj possam participar com até 30% do capital de empresas privadas que desenvolvam projetos para a obtenção de produto ou inovação em C&T como contrapartida ao fomento concedido. A fundação ainda é responsável por gerir o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (Fatec), formado por recursos oriundos da iniciativa privada e contribuições que não venham dos cofres públicos.

O texto que regulamenta a lei foi encaminhado aos membros da Câmara antes da publicação e, após o debate com representantes da Faperj, foi encaminhado um ofício com sugestões de aperfeiçoamento do texto, que constam na versão final do documento.

O grupo também debateu ao longo do ano quais setores podem ser considerados estratégicos na definição de uma política de inovação do Estado. Biotecnologia, Saúde, Tecnologia da Informação, Petróleo e Gás foram apontados como os quatro setores com maior potencial, onde deveriam se concentrar os investimentos. Estes setores têm vantagens competitivas que vão da localização geográfica à integração da cadeia produtiva já instalada, colocando o Estado em condição de se tornar um player global.

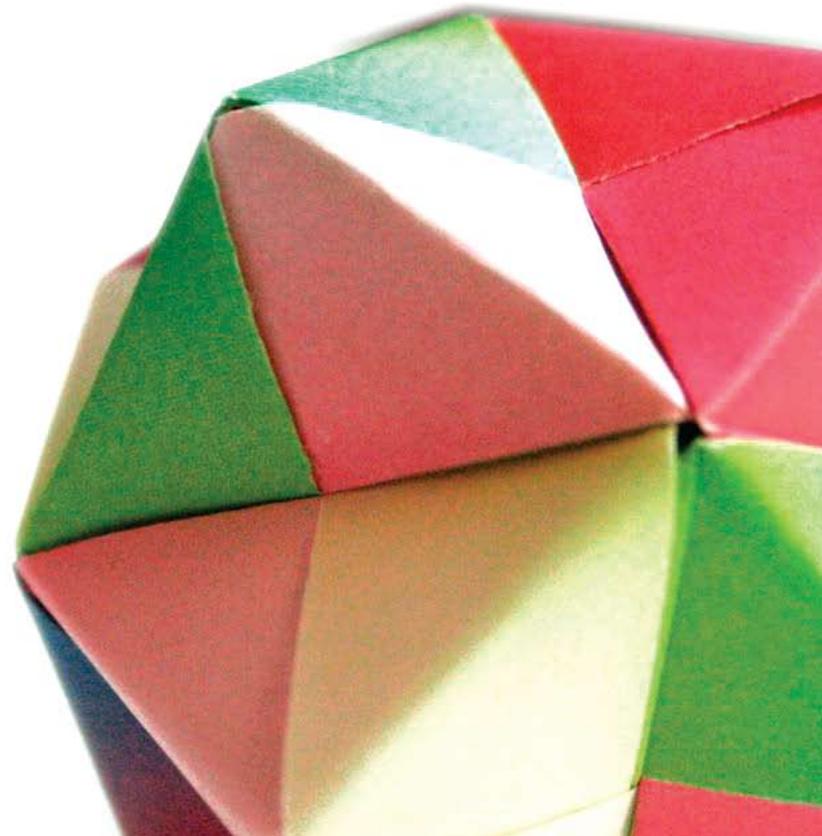
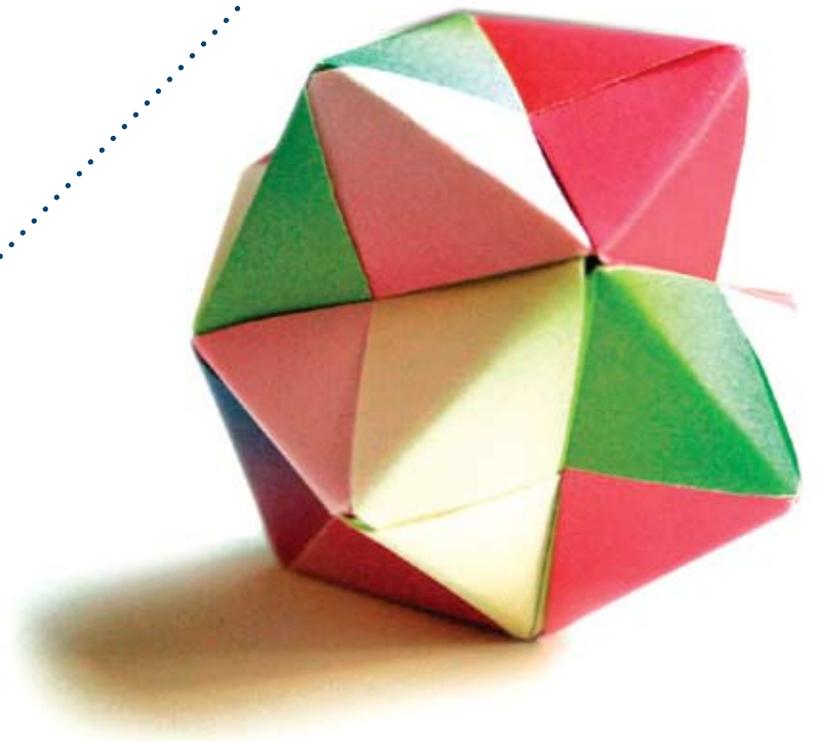
Uma das saídas para criação deste ambiente inovativo foi apresentada pelo pesquisador Waldimir Longo, do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (UFF), que falou ao grupo sobre como as Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) podem abrir oportunidades para o desenvolvimento de novos negócios, geração de emprego e renda.

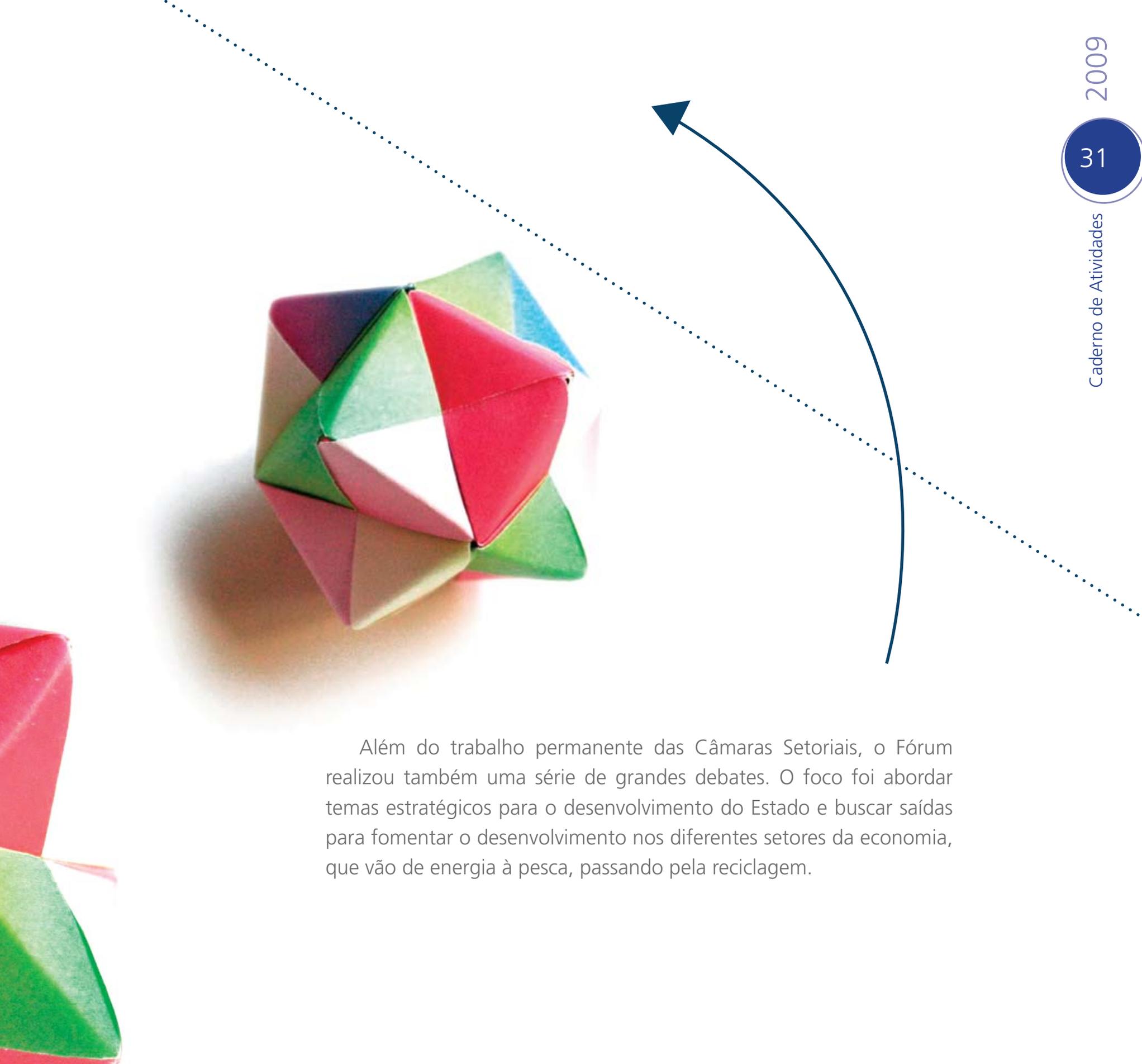
Longo afirmou que o Brasil é um dos quatro países com maior potencial de se tornar um polo de desenvolvimento tecnológico, ao lado de Rússia, Estados Unidos e China. Segundo ele, é papel do poder público criar mecanismos para atração de Ciência e Tecnologia, criando zonas livres para o desenvolvimento tecnológico.



(1) Reunião da Câmara Setorial de Tecnologia sobre as zonas de processamento de exportação (ZPEs); (2) Geiza Rocha, secretária geral do Fórum e Raimar Van Den Bylaardt, do IBP; (3) Professor Esteban Gonzalez, da UFF, e Manoel Pinto, da Adesg-Rio; (4) Reunião com representantes da secretaria de Ciência e Tecnologia e da Faperj sobre a regulamentação da lei de inovação tecnológica.

Eventos





Além do trabalho permanente das Câmaras Setoriais, o Fórum realizou também uma série de grandes debates. O foco foi abordar temas estratégicos para o desenvolvimento do Estado e buscar saídas para fomentar o desenvolvimento nos diferentes setores da economia, que vão de energia à pesca, passando pela reciclagem.



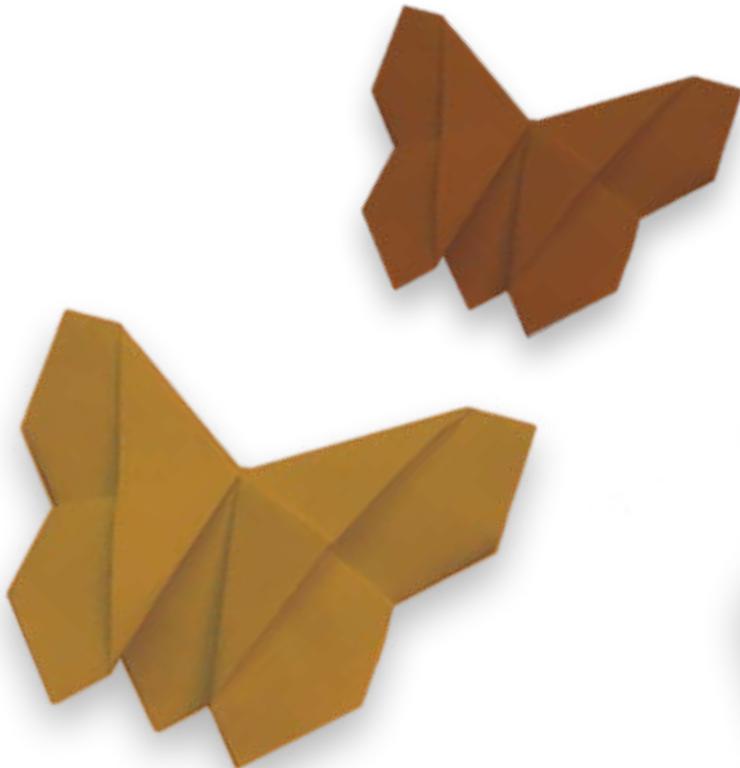
SUPERAÇÃO

No Estado do Rio de Janeiro, a região sul fluminense é uma das que apresentam a maior possibilidade de crescimento e desenvolvimento. Polo de industrialização e detentora do melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado, em 2009, a região foi fortemente afetada pela crise internacional. Demissões e diminuição da arrecadação foram algumas das consequências diretas sofridas.

Para discutir formas de minimizar os impactos imediatos da crise mundial e rever as estratégias para o crescimento e desenvolvimento da região, o Fórum Permanente de Desenvolvimento Econômico do Estado reuniu, dia 4 de março de 2009, parlamentares, prefeitos de 14 municípios do sul fluminense, representantes do Governo do Estado e entidades que compõem o Fórum.

Principais propostas apresentadas no debate para o desenvolvimento da região sul fluminense:

- Unir esforços para acelerar as obras do Arco Metropolitano e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) previstas para o Rio;
- Discutir com as empresas - mais especificamente com a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) - a revisão de demissões de trabalhadores;
- Adoção de um terceiro turno nas obras do PAC, como forma de geração de empregos temporários, que seriam extremamente oportunos para absorver a mão-de-obra liberada pelas empresas, no momento da crise;
- Investir em infraestrutura para alavancar o crescimento e a recuperação no médio e curto prazos;
- Rever política tributária para pôr fim à falta de simetria e competitividade entre municípios;
- Investir em educação profissional e capacitação empresarial.



ENERGIA

A opinião é unânime: a Petrobras é orgulho nacional. E o Estado do Rio de Janeiro é a menina dos olhos da empresa, pois abriga 80% das reservas já descobertas no Brasil, além de responder por 83% da produção média nacional de petróleo.

O presidente da empresa que tanto orgulha os brasileiros, José Sergio Gabrielli, esteve, dia 1º de abril de 2009, na Assembleia Legislativa do Rio, para realizar uma palestra. Representantes das entidades que compõem o Fórum, prefeitos, secretários municipais de desenvolvimento e presidentes das Câmaras de Vereadores dos municípios fluminenses, além de acadêmicos e alunos de cursos de graduação e pós-graduação relacionados à área de petróleo participaram do encontro.

Principais pontos do Plano de Negócios da Petrobras no período de 2009 a 2013:

- A Petrobras projetou investimento de US\$ 28 bilhões em 2009. Pelo menos US\$ 10 bilhões já estavam garantidos pela geração de caixa da empresa. O restante seria captado no mercado;
- Grande parte desses investimentos é referente a ações de desenvolvimento de descobertas na chamada camada do pré-sal;
- A modernização e a ampliação da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc) e a implantação do Complexo Petroquímico do Rio, o Comperj, deverão criar 43 mil novos postos de trabalho;
- Para suprir a demanda não atendida, a Petrobras pretende instalar mais cinco refinarias no Brasil nos próximos anos.
- A necessidade da exportação e da compra de equipamentos poderá fazer com que o Poder Executivo necessite de "leis específicas de exoneração" para a aquisição de máquinas e bens de capital.





LUZ

O Fórum de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio promoveu uma palestra do então presidente da Light, José Luiz Alquéres, no plenário da Alerj, dia 13 de maio de 2009. O evento discutiu o crescimento da empresa e os investimentos previstos para o Estado do Rio.

Maior concessionária de energia do Estado, a Light atende a um terço dos municípios do Estado do Rio de Janeiro e é responsável por 72% da energia consumida em território fluminense.

Principais destaques sobre o crescimento da Light e os investimentos previstos para o Rio de Janeiro:

- Perspectiva de investimento de R\$ 600 milhões no Estado do Rio, somente em 2009, representando um incremento de quase 10% em relação aos investimentos que a empresa realizou em 2008;
- A Light é a quarta maior empresa do Brasil, com quatro milhões de clientes, gerando mais de 15 mil empregos diretos e cerca de 50 mil indiretos;
- Construção de três usinas no interior do Estado, até 2012, que irão consumir recursos da ordem de R\$ 640 milhões e vão aumentar em 30% a capacidade de geração de energia da empresa. O BNDES irá financiar 50% desse investimento, e a própria Light arcará com o restante;
- A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) projetou aumento de consumo de energia elétrica geral de 1,4% para 2009. Para o Estado do Rio de Janeiro, a empresa projetou crescimento de 1,5% na demanda, em 2009.
- O Estado do Rio de Janeiro tem três questões centrais a serem desenvolvidas na área de energia elétrica: a fiscalização das distribuidoras, as perdas não-técnicas e o tributo elevado de energia elétrica no Rio.



RESPONSABILIDADE

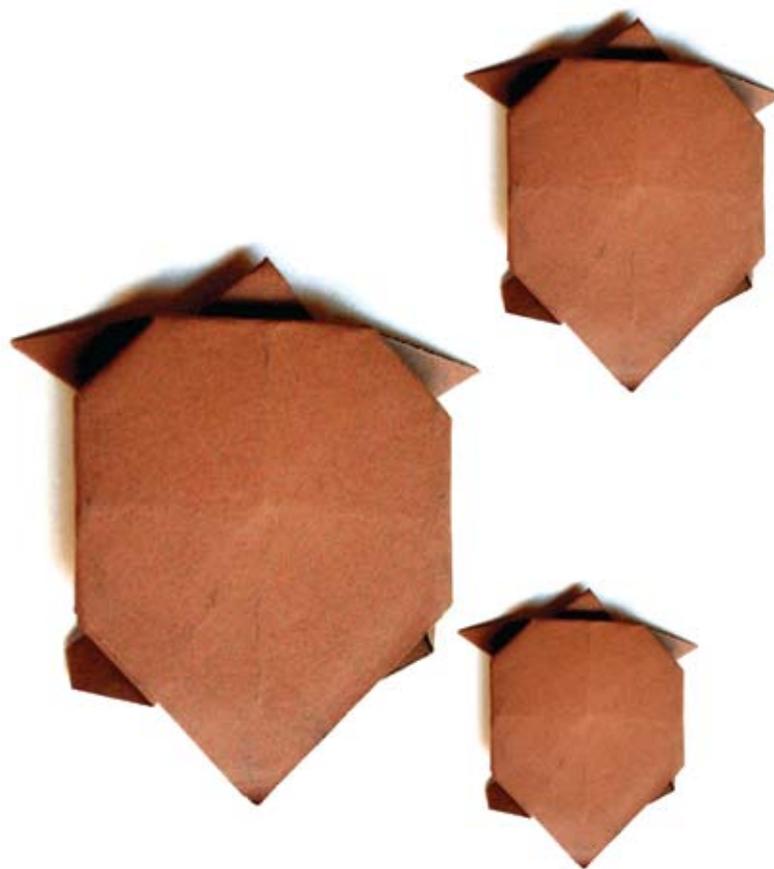
Aquecimento global, reciclagem do lixo e cuidados com a natureza são temas já comuns para todos nós. A consciência ambiental é uma lição que vem sendo, cada vez mais, disseminada nas escolas, nos programas de TV e pelos próprios pais.

Pesquisadores, ONGs, formadores de opinião e os recentes acidentes naturais vêm alertando o mundo de que o nosso planeta pede socorro e atenção. Faz-se necessário, mais do que nunca, deixar um legado para as novas e próximas gerações.

O Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, esteve no plenário da Alerj, dia 15 de junho de 2009, para abordar o impacto no Estado do Rio de Janeiro dos projetos nacionais relacionados à política ambiental. O evento deixou claro que a gestão ambiental é prioridade na agenda de municípios, Estado e União, e que para avançar é preciso desburocratizar.

Principais ações do Ministério do Meio Ambiente para o desenvolvimento da gestão ambiental no Brasil:

- Pela primeira vez, desde que foi criado, o Fundo Estadual de Conservação Ambiental (Fecam) está sendo inteiramente utilizado naquilo a que se destina;
- O Ministério do Meio Ambiente constatou a diminuição de 55% do desmatamento da Amazônia, em relação ao mesmo período de 2008;
- Criação do Fundo Amazônia; do Programa Amazônia Sustentável e da Operação Arco Verde;
- Aceleração da estratégia de completar o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e modernização dos processos de licenciamento ambiental;
- Carlos Minc disse que o Governo pretendia começar o programa "Destrava 2", com o objetivo de reduzir o tempo de espera para obtenção de licenças ambientais;
- O Ministério do Meio Ambiente conseguiu aprovar o primeiro plano brasileiro de mudanças climáticas e estabelecer metas de redução das emissões de CO₂, não só na Amazônia;
- O ministro foi enfático ao defender o cerco aos crimes ambientais;
- A aprovação do Código Ambiental Estadual é um dos temas que têm merecido atenção dos parlamentares da Assembleia Legislativa. Eles querem que o código seja um impulsionador do desenvolvimento e que esteja alinhado com os interesses da população, dos empresários e dos trabalhadores;
- O PL vem sendo elaborado desde 2001 e reúne cerca de 2.700 leis ambientais vigentes no País. Por meio dessa nova legislação, ficam estabelecidos procedimentos para a execução de normas, como licenciamento ambiental, auditoria ambiental, gestão de unidades de conservação e destinação final de resíduos industriais e domésticos.





CRESCIMENTO

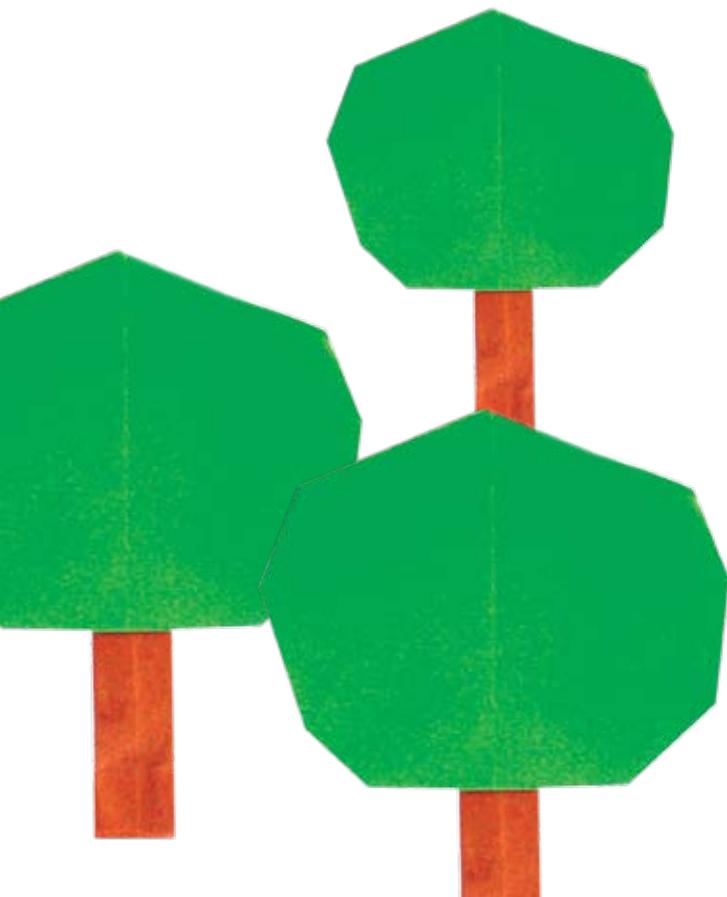
A Zona Oeste desponta como polo de crescimento na capital. População de quase dois milhões de habitantes, área equivalente a um terço do município do Rio de Janeiro e comércio exterior da ordem de R\$ 1 bilhão ao ano. Se fosse uma cidade, a Zona Oeste do Rio seria a segunda mais populosa do Estado, estaria entre as cinco que mais arrecadam e seria o município com maior concentração industrial.

Os números impressionam ainda mais quando comparados aos indicadores sociais, alguns dos mais baixos do Estado. Por isso, um grupo de líderes empresariais, pesquisadores, políticos e representantes do governo colocou em marcha um projeto para transformar esse potencial em desenvolvimento social e econômico.

O debate, realizado pelo Fórum de Desenvolvimento do Rio, dia 29 de junho de 2009, reunindo representantes do Governo estadual, prefeitura, parlamentares e acadêmicos, foi o primeiro passo de uma agenda de ações que começará a ser implementada.

Balço das dificuldades socioeconômicas da Zona Oeste e metas para o desenvolvimento da região:

- Acadêmicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) desenvolveram um estudo chamado "Pensa Rio", que teve como objetivo diagnosticar os problemas da Zona Oeste e apontar os caminhos para o desenvolvimento da área;
- A pesquisa usou como foco os bairros: Santa Cruz, Campo Grande, Bangu e Realengo;
- A região tem grande potencial para o desenvolvimento industrial e tecnológico e possui a maior densidade industrial da capital;
- A Zona Oeste abriga 6,9% das empresas exportadoras e 5,5% das empresas importadoras do Rio. A participação da região na geração de divisas para o município passou de 0,9%, em 2005, para 4,5%, em 2007;
- Apesar da ampla oferta de cursos técnicos, estes não atendem às demandas industriais. Existem também limitações no que se refere à oferta de cursos de ensino superior voltados para a indústria;
- O problema de segurança pública também foi abordado no estudo, principalmente pela forte atuação das milícias no local. A pesquisa propôs a criação de um Fórum Permanente de Segurança Pública para a Zona Oeste, além da ampliação do efetivo das polícias Militar e Civil e da Guarda Municipal;
- Metas para o desenvolvimento econômico e social da região: facilitar a legalização de microempresas, desenvolver programas de capacitação de mão-de-obra, recuperar e modernizar o transporte ferroviário, integrar-se ao Arco Metropolitano, estabelecer uma forte política habitacional, aumentar a escolaridade e o acesso à cultura do morador da Zona Oeste e melhorar a segurança na região.



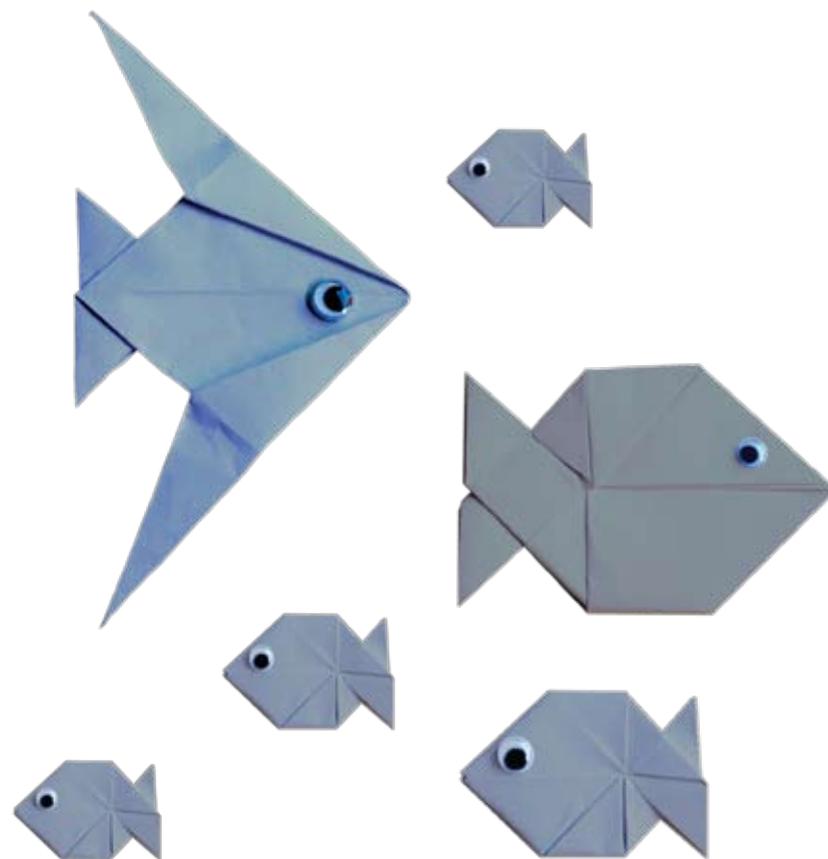
SABEDORIA

Do mar e da terra saem nossas principais fontes de nutrição e alimento. Pescar é uma das atividades mais antigas de subsistência do homem.

Hoje, a pesca marítima garante renda, emprego e alimento para várias famílias das 36 colônias de pescadores mapeadas por estudo da UFRJ, no Estado do Rio. Porém, a informalidade crescente é um dos principais problemas do setor, segundo o “Diagnóstico da Pesca Marítima Comercial do Estado do Rio de Janeiro” lançado, dia 12 de agosto, em debate promovido pelo Fórum de Desenvolvimento do Rio.

Balanço das dificuldades da Pesca Marítima e metas para o desenvolvimento do setor:

- O estudo “Diagnóstico da Cadeia Produtiva da Pesca Marítima” traz um mapeamento completo da atividade pesqueira no Estado do Rio e aponta, além da informalidade, outros entraves no setor: barcos antigos e pouco eficientes, uso de tecnologia defasada, falta de capacitação profissional adequada para os pescadores, necessidade de investimento em infraestrutura e excesso de leis e normas de regulamentação;
- Apesar de o Rio ser um estado pequeno, ele tem vocações muito específicas, e nisso estão a pesca marítima, a pesca industrial e também a pesca artesanal;
- O poder público precisa investir para dar infraestrutura aos pescadores, tornando a atividade competitiva e lucrativa, e incentivar a pesca artesanal, que representa 25% do total da pesca, e reúne uma quantidade imensa de pescadores;
- Não há ainda uma política pública abrangente que permita que a atividade pesqueira atinja a dimensão de vetor de desenvolvimento econômico;
- Aproveitar o diagnóstico para gerar bons programas; para azeitar os programas já existentes; e para separar uma pauta produtiva com a Assembleia, com a bancada federal de deputados e senadores, com o apoio do Governo, para que se possa atuar na legalização das embarcações;
- Transformar o Estado do Rio de Janeiro em grande polo produtor sustentável sob o ponto de vista econômico, sob o ponto de vista ambiental, mas, sobretudo, do ponto de vista social;
- Ações emergenciais para o desenvolvimento do setor: redução da poluição, com aumento do saneamento básico e recuperação de áreas degradadas e ações de qualificação e valorização profissional;
- Desenvolver linhas de financiamento simplificado para a renovação da frota. A maior parte dos barcos em atividade é de madeira: são mais pesados e mais lentos, exigem manutenção mais cara e têm pouca autonomia para navegar em áreas mais afastadas da costa;
- Trazer o gestor para o setor pesqueiro. Ações de qualificação e valorização profissional precisam ser desenvolvidas;
- O Estado deve investir em infraestrutura de apoio com a construção de terminais pesqueiros públicos.





PODER

Falar de Pré-Sal é falar de desenvolvimento econômico e social. Porém, ainda há muitas questões a serem resolvidas, como, por exemplo, a divisão e a manutenção dos royalties.

Para aproveitar o potencial que o pré-sal representa em termos de crescimento econômico para os estados produtores, o presidente do Fórum de Desenvolvimento do Rio e da Assembleia Legislativa, deputado Jorge Picciani (PMDB), lançou uma ideia: a criação de um comitê para, em 150 dias, propor um conjunto de ações que estimulem o desenvolvimento da cadeia produtiva do petróleo. O objetivo é consolidar o Rio de Janeiro como centro de produção de petróleo, ampliando o número de empresas fornecedoras e fortalecendo outros segmentos ligados à economia no Estado.

A proposta foi apresentada no dia 28 de setembro de 2009, durante o debate "O Rio de Janeiro e o Pré-Sal: Impactos do Novo Marco Regulatório", realizado no Plenário da Alerj. O debate teve a participação de deputados estaduais e da bancada federal, prefeitos, empresários e acadêmicos das principais universidades e centros de pesquisa fluminenses.

Principais propostas para o desenvolvimento da cadeia produtiva do petróleo:

- Montar uma base industrial para atender à enorme demanda que será gerada com o início da extração do Pré-Sal, capacitando a mão-de-obra e investindo em inovação tecnológica;
- Avaliar fatores como: a necessidade de reunir centros de pesquisa e tecnologia de ponta em uma mesma região, a preparação das cidades para absorver impactos gerados pela exploração e a formação de mão-de-obra qualificada;
- O Comitê de Análise Estratégica das Potencialidades do Rio na Economia do Petróleo e Gás Natural (Petro Rio) terá a função de unir diferentes entidades empresariais, universidades e órgãos públicos para apresentar uma proposta de desenvolvimento da cadeia produtiva do petróleo no Estado;
- Planejamento para garantir que a riqueza do petróleo se transforme de fato em prosperidade;
- Manutenção dos royalties para garantir recursos aos investimentos;
- A participação do Estado na regulação e operação da indústria do petrolífero deve garantir a segurança e a estabilidade da economia;
- Estabilidade regulatória é importante para atrair investimentos privados, já que o setor demanda grandes recursos na instalação de unidades de produção.
- O desenvolvimento da cadeia produtiva do setor precisa englobar medidas de combate ao impacto ambiental causado pela exploração do Pré-Sal;
- Ainda restam 68% das reservas do Pré-Sal a serem licitadas e são essas que estão sujeitas à mudança do Marco Regulatório. Elas vão exigir pesados investimentos na construção de instalações de exploração e refino, aprimoramento tecnológico e capacitação de mão-de-obra. Mais da metade dessas áreas está no Estado do Rio de Janeiro, o que apresenta um desafio na canalização de recursos;
- Fortalecer a indústria do petróleo e usar toda essa riqueza para desenvolver também outros setores da economia.



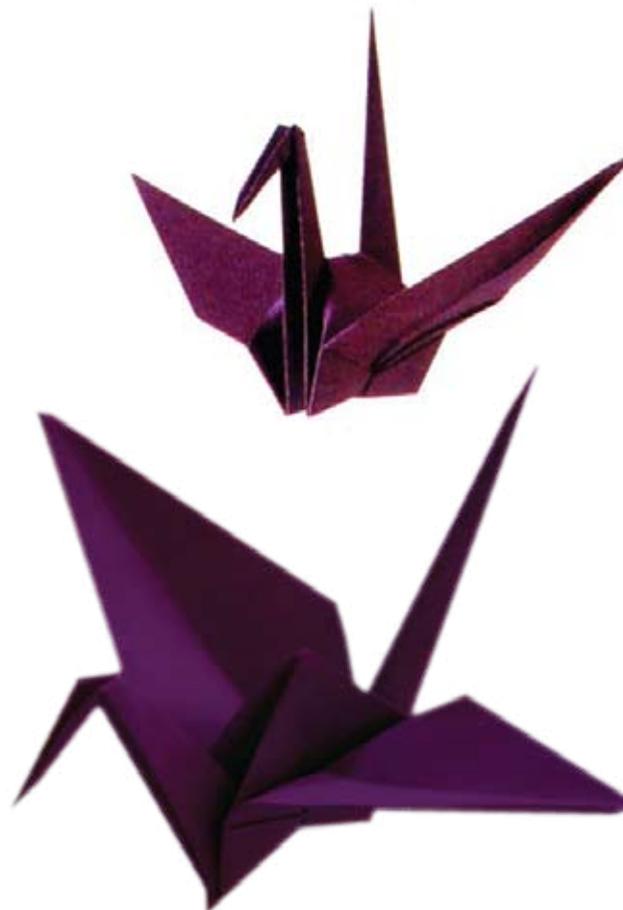
REALIZAÇÃO

A oferta de gás natural é um diferencial competitivo para atrair empresas e empreendimentos para o Estado do Rio de Janeiro. O gás natural é uma energia mais limpa e com preço mais competitivo.

Com o objetivo de discutir o aumento da produção e da demanda de gás natural nos próximos anos, a Alerj promoveu, dia 16 de novembro de 2009, o debate “Gás Natural: distribuição, regulação e desenvolvimento sustentável”. Dentre os assuntos em pauta esteve o uso do gás natural em veículos pesados, como caminhões, ônibus e tratores que, em geral, usam óleo diesel, derivado do petróleo bastante poluente, cujo uso tem sido progressivamente reduzido.

Metas para desenvolver o uso de gás natural no Rio:

- O gás natural é um energético essencial para a atração de projetos para o Estado. A condição do RJ de grande produtor de gás natural e o seu posicionamento privilegiado no sistema sul-sudeste conferem ao Estado uma grande vantagem competitiva;
- Necessidade de investimentos na implementação de infraestrutura de produção e distribuição de gás;
- Massificar o uso doméstico e industrial, e criar políticas públicas que permitam transformar a riqueza do gás natural em desenvolvimento e distribuição de renda;
- Viabilizar a atração de investimentos, a entrada de novos agentes supridores e expandir a capacidade de transporte, de acordo com os novos mecanismos que foram estabelecidos na Lei do Gás;
- Estimular parcerias público-privadas para evolução da malha dutoviária;
- Reformular políticas tributárias sobre o energético, visando a reduzir a alta carga tributária sobre os consumidores finais;
- Expandir o uso do gás natural em veículos pesados, como caminhões, ônibus e tratores;
- Necessidade de ampliação e integração da malha de distribuição existente no Brasil para que se consiga expandir o uso do gás natural como combustível;
- Elaborar políticas que incentivem o aumento da utilização mais nobre do gás natural no mercado interno, de forma que o produtor de gás se sinta induzido a formular preços competitivos para o setor.





PUREZA

O que fazer com milhares de toneladas de lixo que são produzidas diariamente? Reduzir, reciclar e reutilizar são os três “R” apontados atualmente como possíveis soluções para o problema. Enquanto Governo e ONGs lutam para solucionar os problemas gerados com os lixões a céu aberto, centenas de famílias de catadores de lixo sonham com um futuro melhor e esperam que seus direitos sejam respeitados.

O debate “Indústria da Reciclagem: impactos sociais, econômicos e ambientais”, realizado dia 30 de novembro de 2009, pelo Fórum de Desenvolvimento do Rio, encheu o plenário e as galerias da Alerj, e reuniu representantes dos governos estadual e municipal, bem como empresas que trabalham com reciclagem e aproveitamento de resíduos, e representantes de associações de catadores de lixo e de empresas recicladoras.

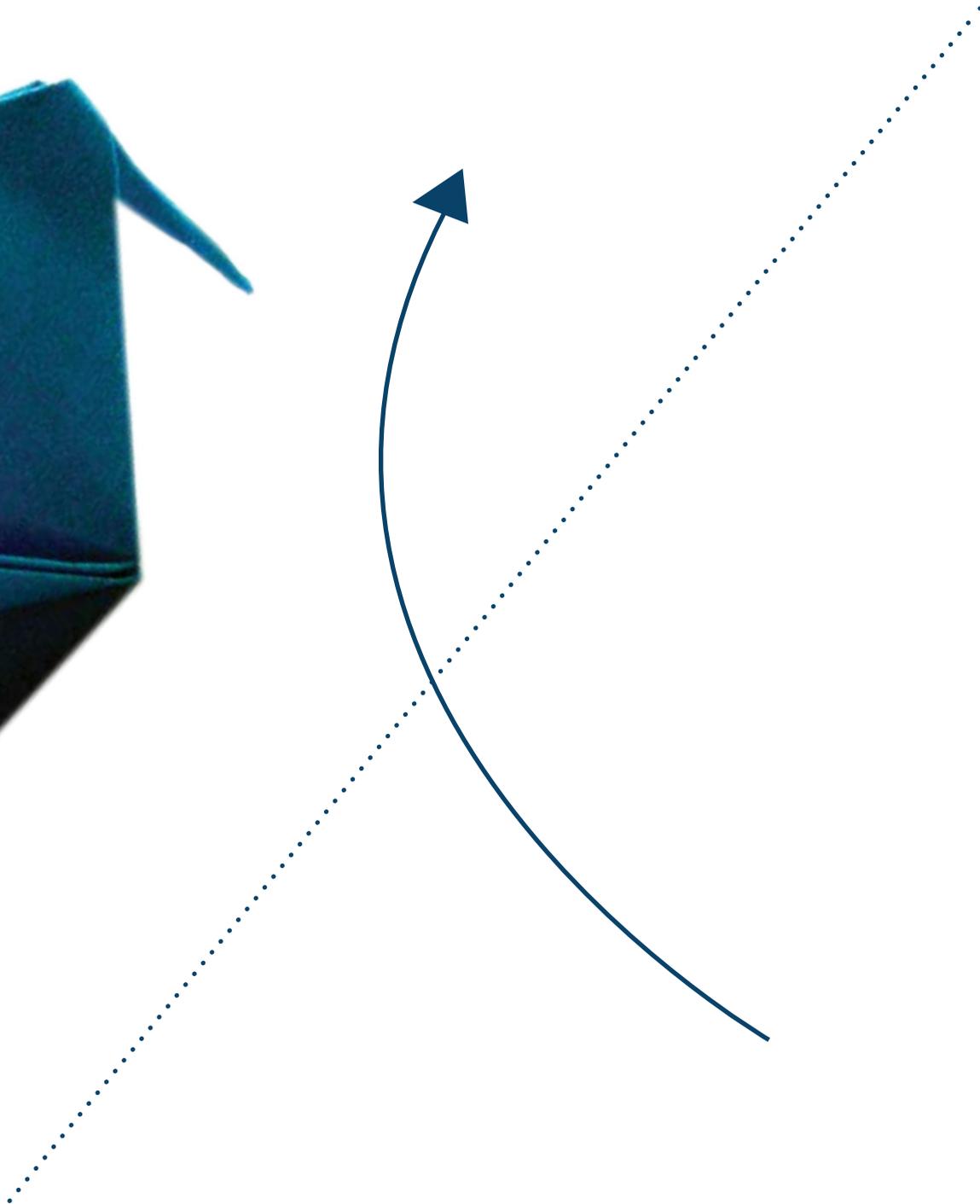
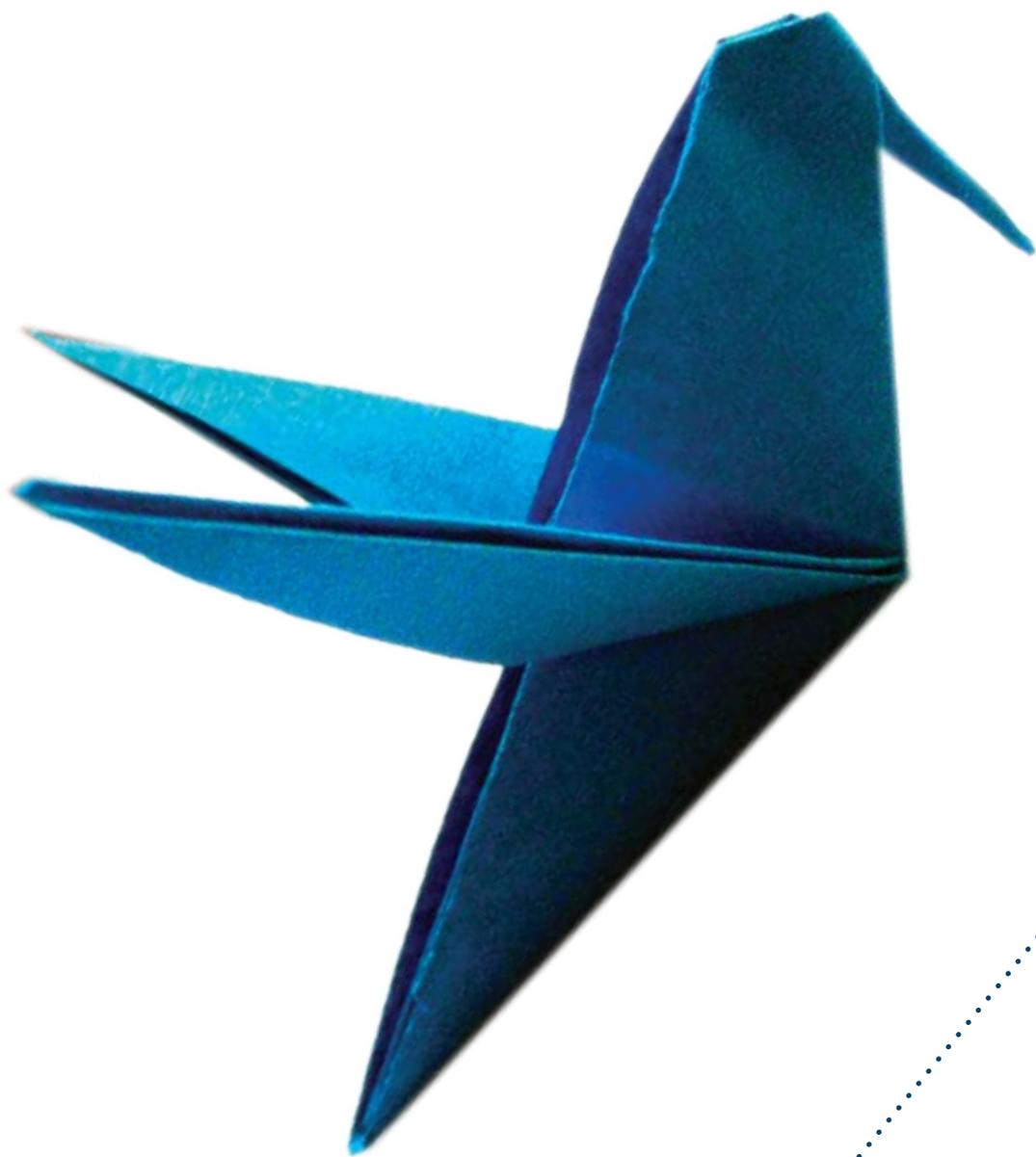
Um ponto uniu o discurso de todos os palestrantes presentes: o desafio, representado por 15 mil toneladas de lixo produzidas todos os dias no Estado, só vai ser solucionado alinhando regulação estatal para desonerar a cadeia de transformação dos resíduos, poder de investimento da iniciativa privada, inclusão social e fomento à transição para tecnologias mais modernas de tratamento de lixo.

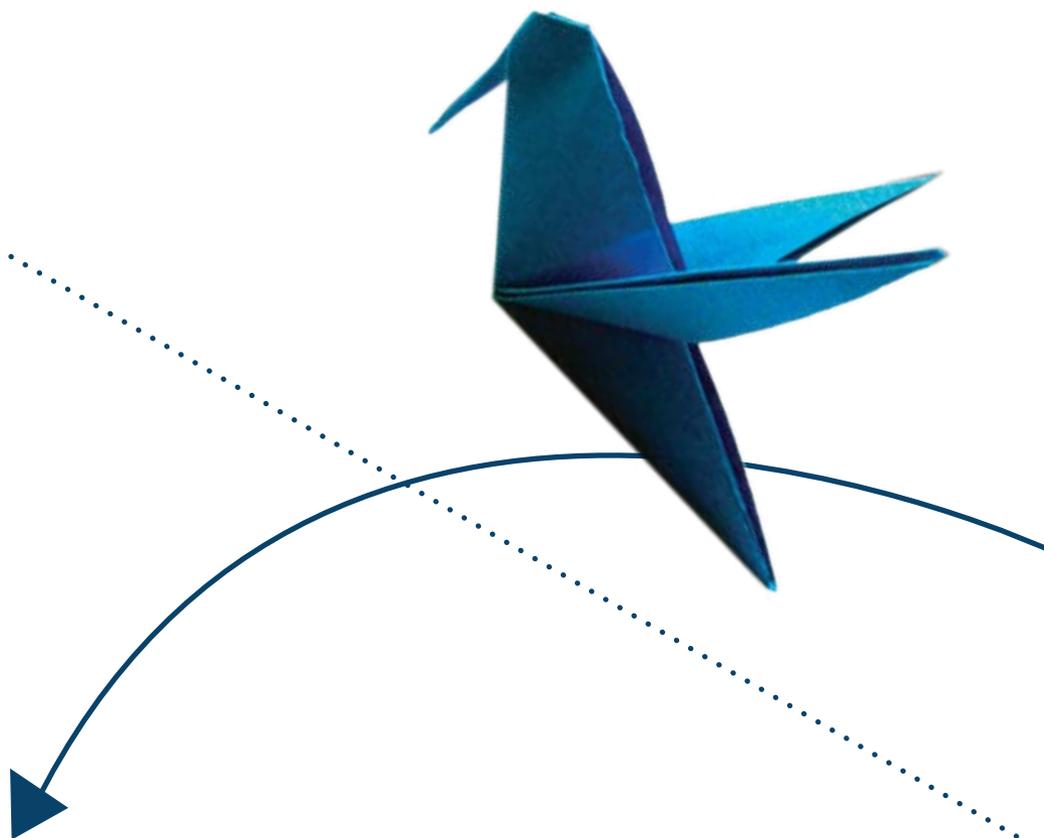
Balanco da situação atual e metas para o ciclo produtivo do lixo:

- 92 municípios produzem cerca de 15 mil toneladas diárias de lixo;
- Somente na região metropolitana do Rio de Janeiro 40 mil pessoas vivem do dinheiro conseguido na coleta de lixo;
- Estimativas da Secretaria Estadual do Ambiente apontam que 40% do lixo pode ser reciclado, mas apenas 1% é de fato transformado em outros produtos;
- A separação dos resíduos atualmente é feita pelas cooperativas de catadores, mas poderia ganhar escala se fosse encampada como meta prioritária pelos municípios, que são os responsáveis pela coleta de lixo;
- A prioridade atual no Estado do Rio é a política de substituição dos lixões por aterros sanitários. O Estado do Rio tem atualmente oito aterros sanitários, mas esse número deve aumentar para 13 nos próximos meses. Os aterros sanitários são a solução economicamente viável no momento;
- O Programa “Rio sem Lixão”, executado em conjunto com a Secretaria de Estado de Obras, fomentará cerca de 500 empregos diretos, beneficiando uma população aproximada de 1,6 milhão;
- Necessidade de disponibilizar áreas específicas no RJ para instalação de indústrias beneficiadoras e recicladoras;
- Necessidade de criação de medidas de desoneração às chamadas empresas da reciclagem, termo que engloba recicladores, usinas de processamento e empresas que usam matéria-prima reciclada na confecção de produtos finais;
- Enquanto a legislação nacional não chega, uma das sugestões seria a implementação de incentivos fiscais específicos para a reciclagem. Essa medida traria mais impacto para alavancar a reciclagem no Estado;
- Necessidade de capacitação de gestores locais, apoio na implantação de programas de coleta seletiva e aquisição e distribuição de equipamentos aos municípios;
- Proposta de criação de um fundo para financiamento de projetos na área de reciclagem.

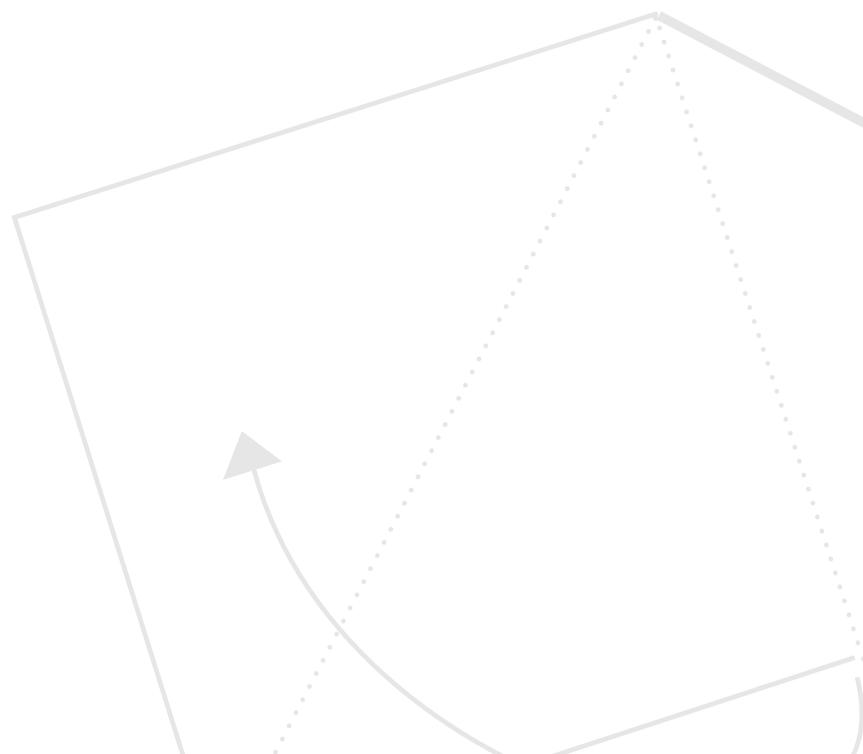


Comunicação





O trabalho de comunicação em 2009 teve como objetivo fortalecer a imagem do Fórum como espaço privilegiado para discussão da agenda econômica do Estado. A maior parte dos esforços se concentrou na divulgação dos eventos, nos momentos pré (noticiando a realização dos debates, com a intenção de mobilizar e atrair público) e pós (repercutindo o que foi debatido durante o evento).



O GLOBO
Rio

25/11/2009

Especialistas debatem indústria da reciclagem

Painéis vão mostrar novos produtos

• No meio da polêmica sobre a responsabilidade do morador do Rio de Janeiro sobre o seu lixo, a Assembleia Legislativa (Alerj) promove na próxima segunda-feira, às 14h30m, no plenário, um debate sobre os impactos econômicos e ambientais da indústria da reciclagem. O evento, que está sendo organizado pelo Fórum de De-

**Gás natural é tema de debate**

Secretário e presidente da Alerj apresentam panorama socioeconômico e ambiental do Estado

O secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, Julio

Evento do Fórum reúne empresários e pescadores ao plenário

Uma das principais ações da Alerj em prol do desenvolvimento do estado foi a realização de um evento no Plenário Barão Lima Sobrinho, organizado pelo Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico, onde foi apresentado o Diagnóstico da Cadeia Produtiva do Pesca Marítima. De acordo com o presidente da Alerj, deputado Jorge Piccini (PMDE), é necessário atualizar todos os setores econômicos com a presença do estado para garantir-lhe em suas atividades econômicas e sociais.

**CONFIDENCIAL****Petrobras na Alerj**

Com uma pauta de boas notícias, o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrieli, vai amanhã à Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) detalhar os planos da empresa para o Estado. Falará sobre os investimentos no pré-sal, a construção do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj) e a ampliação da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc). No caso de outros projetos financiados pela estatal. No caso de Comperj, por exemplo, a petroliera estima que 721 empresas instalem-se na região de Igarai até 20 sejam criados 67 mil postos de trabalho.

**Estado do Rio**
Alerj é palco de debate sobre o potencial do setor de gás para economia

nesta segunda-feira, às 14h30, o plenário da Assembleia Legislativa do Rio é palco do debate "Gás natural: distribuição, realiação e desenvolvimento sustentável", que visa discutir o potencial do setor de gás natural para o desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro. Cada conferência contará com a presença de CEOs, representantes da Agência Reguladora de Energia e saneamento Básico do Rio de Janeiro (Argerj), José Carlos Silva Sampaio Araújo, ex-gerente de Gás Natural do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Sintermetano (IBPS), Jorge Paulo Dalmonde.



O trabalho de divulgação foi feito, principalmente, por meio de mídia gratuita, com ênfase no trabalho de relacionamento junto à imprensa e na divulgação digital por meio de e-mails marketing, anunciando os eventos, gerando comentários (buzz marketing) via redes sociais, e newsletters que traziam a cobertura completa do debate (incluindo vídeos e galerias de imagens), disparadas logo após o evento ser concluído. Também foi realizada a cobertura ao vivo das audiências públicas no Plenário pelo Twitter, permitindo a repercussão em tempo real dos assuntos tratados nos debates.

O foco foi a busca por reforçar a visibilidade junto aos jornais impressos do interior do Estado. A tendência de interiorização da economia e o reconhecimento do aumento da importância dos municípios do interior no desenvolvimento justificam a medida.

Em relação aos veículos institucionais das entidades que compõem o Fórum, o destaque ficou para a própria Alerj (Jornal da Alerj, TV Alerj e Revista da Alerj) e para nova coluna na revista Brazilian Business, da Amcham-Rio, chamada "Alerj em Foco", assinada pela Secretária Geral do Fórum, Geiza Rocha.

Na TV Alerj, estreou, em dezembro de 2009, o programa "Rio em Foco", que trouxe para a televisão os temas debatidos no Fórum. Em formato de uma mesa de discussão, o programa reúne até quatro especialistas para debater os mais diversos assuntos.

Além dos veículos institucionais, a comunicação investiu na criação de perfis nas redes sociais para amplificar a ativação do Fórum e sua interlocução com a sociedade.



Conheça os canais de comunicação institucional do Fórum:

Site Quero Discutir o Meu Estado

www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br

O site foi criado para ser uma plataforma online de integração de todos os demais canais de comunicação, tanto online quanto off-line, que o Fórum utiliza para difundir informação e fomentar o debate de temas relevantes para a agenda de desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro. O site é atualizado diariamente e traz reportagens, anúncios de eventos e seminários, cobertura de todos os debates realizados pelo Fórum, registro das newsletters informativas e serve de base de conteúdo para disseminação de informação nas redes sociais como Orkut, Twitter e Facebook.

Orkut

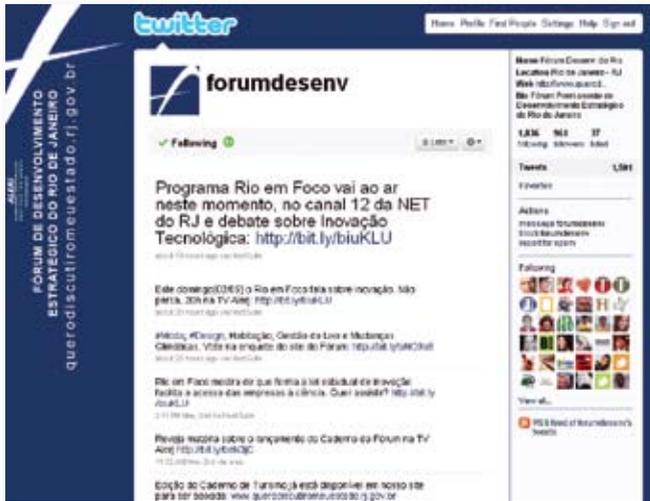
A rede social mais antiga do Brasil foi a primeira a ser criada pelo Fórum e continua sendo usada como uma importante ferramenta para difundir informação entre os internautas. Foi utilizada desde o primeiro evento da atual gestão (iniciada em maio de 2008) para divulgar os debates.

Atualmente há 375 usuários que se tornaram “amigos” do Fórum e outras 11 pessoas inscritas na comunidade “Quero Discutir o Meu Estado”. Ao todo, o Fórum participa de 151 comunidades, cuja natureza varia de comunidades temáticas a institucionais.

Youtube

O site de compartilhamento de vídeo mais popular da internet tem servido de plataforma para a hospedagem de todas as reportagens e coberturas dos eventos realizados pelo Fórum. Ao todo, os 42 vídeos postados na página já foram visualizados mais de 2 mil vezes.





Twitter

Com o objetivo de ampliar a divulgação das ações em tempo real o Fórum aderiu, logo no início do ano, ao Twitter. Atualmente, 728 pessoas seguem o Fórum.

Inicialmente usado apenas para anunciar o status do trabalho da Secretaria Geral, o Twitter se transformou rapidamente em uma plataforma coringa que dá suporte às principais atividades de divulgação do Fórum. Acompanhando a popularização dessa rede social entre o público e as empresas, fomos aprimorando o seu uso e hoje já fazemos:

- Cobertura ao vivo dos debates no Plenário;
- Replicação de informações importantes de outras entidades e do Governo;
- Divulgação das reportagens, artigos e entrevistas do site QDME;
- Divulgação da agenda de trabalho das Câmaras Setoriais;
- Estreitamento do diálogo com internautas interessados em comentar os temas debatidos pelo Fórum;
- Divulgação de reportagens da Comunicação Social e da TV Alerj sobre temas tratados pelo Fórum;
- Divulgação de reportagens sobre o Fórum veiculados no Jornal da Alerj, Revista da Alerj e demais publicações das entidades do Fórum .



Facebook

A adesão ao Facebook reforçou a busca pela divulgação dos eventos e debates realizados pelo Fórum, bem como matérias publicadas no site www.que-rodiscutiromeuestado.rj.gov.br. Passamos a utilizar também uma ferramenta que faz com que as mensagens postadas no Twitter automaticamente apareçam no Facebook, gerando maior interação entre as duas redes sociais e otimizando as divulgações e ações do Fórum.

As ferramentas de envio de convites e divulgação de eventos é mais dinâmica e permite follow-up imediato, facilitando a contabilização da confirmação de recebimento.



Scribd

Essa ferramenta, a mais nova usada pelo Fórum, permite postar publicações inteiras, em formatos leves e de fácil consulta. Começou a ser usada para a divulgação das reportagens, artigos e entrevistas publicadas na mídia sobre o Fórum. É uma forma de garantir que a memória e o registro das atividades do Fórum estejam ao alcance da população e possam ser consultados a qualquer momento.

Revista da Alerj

Nº de edições em 2009: 1

Tiragem: 3 mil

Nome da Coluna: Fórum de Desenvolvimento do Rio, desde 12/08/09

O Fórum ocupa uma página dupla na Revista da Alerj, onde são divulgadas as principais ações e resultados atingidos. O espaço também é aproveitado para incluir entrevistas com especialistas das Câmaras Setoriais.

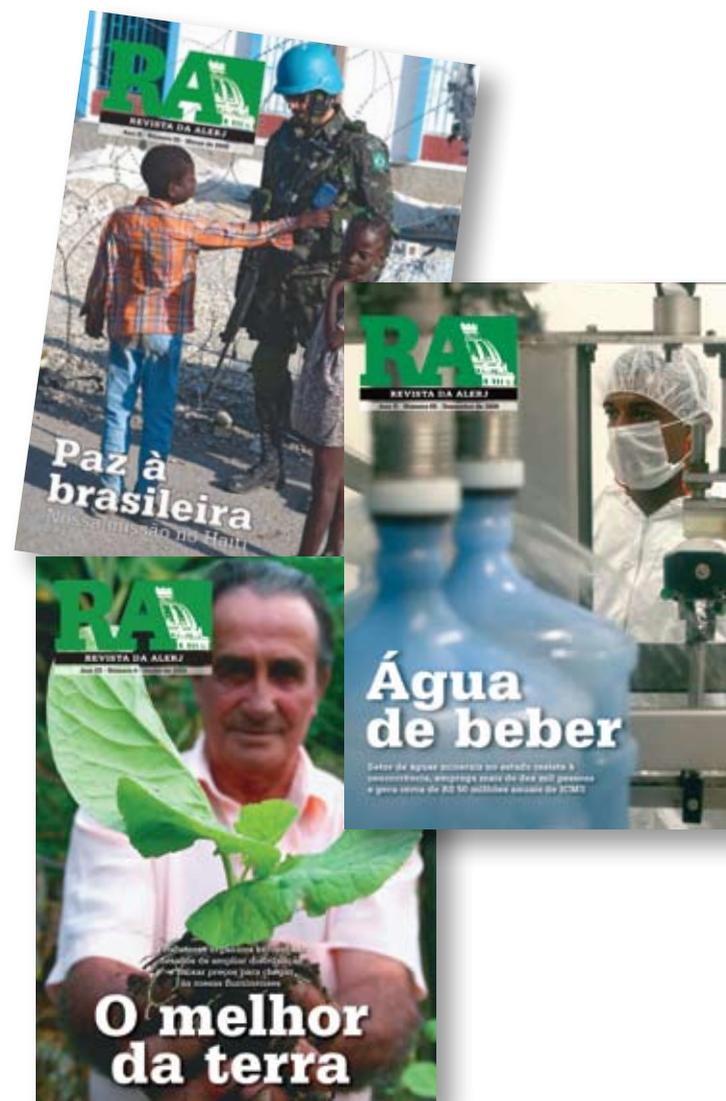
Brazilian Business

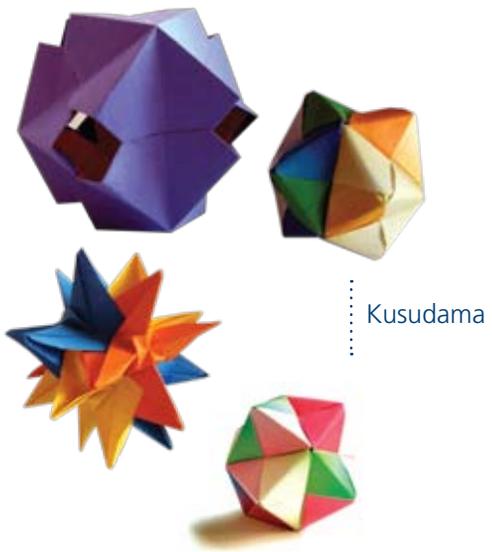
Nº de edições em 2009: 3

Tiragem: 10 mil

Nome da Coluna: Alerj em Foco (desde julho/agosto de 2009)

A revista da Câmara Americana de Comércio tem o empresariado fluminense e capixaba com o público-alvo. A coluna ocupa uma página e é focada nas ações do Legislativo fluminense que influenciam o dia-a-dia dos empresários.





Kusudama



Corrente

Flor de lótus

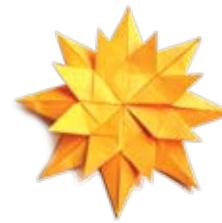


Borboleta

Girassol



Sol



Tartaruga



Árvore



Peixe



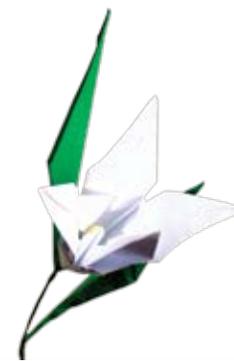
Cisne



Tsuru



Lírio



Beija-flor



O Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro
Jornalista Roberto Marinho foi criado pela Resolução 225/2003 com o objetivo de promover a interação entre as entidades da sociedade civil organizada, as universidades e o poder público, e estimular, em caráter permanente, ações que contribuam para o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população fluminense. Constituído por 28 organizações da sociedade civil e universidades que se reúnem periodicamente para acompanhar o trabalho legislativo, monitorar políticas públicas e debater propostas, a atuação do Fórum é dividida em duas esferas complementares: as reuniões das Câmaras Setoriais e a realização de debates. Durante estes encontros, abertos ao público e à imprensa, a sede do Parlamento fluminense assume o seu papel de espaço privilegiado para a discussão estratégica de medidas que podem ser tomadas pelo poder público para potencializar o crescimento econômico, o desenvolvimento social e a preservação ambiental no Estado.



**FÓRUM PERMANENTE
DE DESENVOLVIMENTO
ESTRATÉGICO DO ESTADO
JORNALISTA ROBERTO MARINHO**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO

ALERJ - ABAV-RJ - ABEOC Regional RJ - ABES - ABIH-RJ - ACRJ
ADESG-RIO - AEERJ - AMCHAM-RIO - CEBDS - CLUBE DE ENGENHARIA
FAERJ - FECOMÉRCIO-RJ - FETRANSPOR - FGV - FIRJAN - IBP
PUC-RIO - REDETEC - RIO CONVENTION & VISITORS BUREAU
SEBRAE-RJ - SNA - SINDRIO - UENF - UERJ - UEZO - UGF - UFF - UFRJ